



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Run To Job— projeto de promoção da capacitação e empregabilidade com crianças e jovens

Margarida José dos Santos Moreira Vieira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social

Orientadora:
Doutora Maria João Pena, Professora auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2018



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Run To Job— projeto de promoção da capacitação e empregabilidade com crianças e jovens

Margarida José dos Santos Moreira Vieira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social

Orientadora:
Doutora Maria João Pena, Professora auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2018

Agradecimentos

Porque existem desafios que nos fazem olhar a realidade com outros olhos, que nos fazem aprender, crescer e que nos testam ao longo do caminho.

Quero agradecer à minha família pelo constante apoio e disponibilidade no decorrer deste percurso.

À minha orientadora Professora Doutora Maria João Pena pelos conhecimentos transmitidos e pelo apoio na elaboração deste trabalho de projeto.

Às técnicas das diversas entidades que colaboraram neste projeto, pela disponibilidade e por toda a informação prestada.

Às colegas Sandra, Sónia e Vera por estarem presentes, por ouvirem e pelo reforço positivo.

Resumo

O projeto apresentado, tem como propósito promover nas crianças e nos jovens a capacitação e a aquisição de competências de empregabilidade que irão favorecer percursos mais longos em contexto escolar e/ou formativo e uma integração futura em contexto laboral.

Este projeto foi planificado tendo como meta favorecer a inclusão social através de estratégias que irão permitir que as crianças e os jovens consigam compreender a importância da integração laboral e o contributo de cada um numa sociedade em mudança. Pretende-se o envolvimento de 120 crianças integradas em contexto escolar desde o 3º ano ao 5º ano, 50 jovens entre o 7º ano e o 9º ano e ainda 25 jovens que se encontrem em situação de desocupação.

O projeto foi planeado para ser implementado num território onde pelas suas características específicas, as crianças e os jovens estarão em maior risco de exclusão social. O território de intervenção do projeto será o bairro da bela vista no concelho de Setúbal, um bairro multicultural e muito populoso, mas com uma forte presença de jovens em idade laboral.

Através da elaboração do diagnóstico social, foi possível refletir, planificar e contribuir com uma resposta inovadora e que vai ao encontro de muitas das necessidades identificadas. Torna-se pertinente que as competências a serem trabalhadas neste projeto possam ocorrer o mais precocemente possível de modo a favorecer a mudança.

É imperativo pensar-se em estratégias que diminuam a exclusão social, particularmente em territórios mais desfavorecidos, favorecendo a inclusão através de estratégias promotoras da empregabilidade futura. Os resultados previstos poderão favorecer a implementação de novas metodologias de intervenção, sendo que existe a consciência da mudança e a rapidez dos acontecimentos que afetam as dinâmicas territoriais e o processo de planeamento.

Palavras chave: exclusão social; inserção profissional; capacitação; empowerment; competências pessoais e sociais

Abstract

The purpose of the project is to promote the training and acquisition of employability skills in children and young people that will favor longer courses in a school and / or training context and a future integration in a work context.

This project was planned with the goal of promoting social inclusion through strategies that will allow children and young people to understand the importance of labor integration and the contribution of each in a changing society. The intention is to involve 120 children integrated in the school context from the 3rd year and the 5th year, 50 young people between the 7th year and the 9th year and 25 young people who are unemployed.

The project was planned to be implemented in a territory where, due to their specific characteristics, children and young people will be at greater risk of social exclusion. The intervention area of the project will be the neighborhood bela vista in the municipality of Setúbal, a multicultural and very populous neighborhood, but with a strong presence of young people of working age.

Through the elaboration of the social diagnosis, it was possible to reflect, plan and contribute with an innovative response that meets many of the needs identified. It is pertinent that the skills to be worked on in this project can occur as early as possible in order to encourage change.

It is imperative to think of strategies that reduce social exclusion, particularly in disadvantaged areas, favoring inclusion through strategies that promote future employability. The expected results may favor the implementation of new intervention methodologies, and there is an awareness of the change and the speed of events that affect the territorial dynamics and the planning process.

Keywords: social exclusion; professional insertion; training; empowerment; personal and social skills

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice de Quadros	viii
Índice de Figuras	ix
Glossário de Siglas	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1. Pobreza e exclusão social.....	4
2. Uma problemática – crianças e jovens em risco.....	10
3. A inserção profissional dos jovens.....	17
4. O <i>empowerment</i>	22
CAPÍTULO II – DIAGNÓSTICO SOCIAL	25
1. Plano de aprofundamento do diagnóstico social.....	25
2. Caraterização e análise do Concelho de Setúbal.....	28
3. Caraterização e análise do território de intervenção do Projeto.....	34
4. Apresentação dos principais resultados obtidos através de entrevistas.....	39
5. Análise <i>SWOT</i>	43

6. Identificação de boas práticas nacionais e internacionais de inspiração à proposta de projeto – <i>benchmarking</i> -----	44
 CAPÍTULO III – DESENHO DO PROJETO -----	47
1. Denominação do projeto-----	47
2. Justificação do projeto-----	47
3. Destinatários do Projeto -----	49
4. A intervenção do assistente social -----	50
5. Objetivo geral e objetivos específicos -----	51
6. Resultados, indicadores e atividades-----	53
7. Metodologia e técnicas de intervenção -----	56
8. Recursos necessários e investimento do projeto -----	57
9. Mudança social e potencial de inovação -----	58
10. Processo de avaliação do projeto -----	59
 BIBLIOGRAFIA -----	62
 FONTES -----	65
 ANEXOS -----	i
Anexo A – Indicadores Sociais – Conceitos -----	i
Anexo B – Dados Anuais de RSI – 2004 a 2017-----	iv
Anexo C – Guião de entrevista -----	vi
Anexo D – Declaração Consentimento Informado, Livre e Esclarecido -----	viii
Anexo E – Síntese da análise das entrevistas -----	ix

Índice de quadros

Quadro 2.1. – Caraterização populacional do Concelho de Setúbal (2016) -----	29
Quadro 2.2. – Caraterização habitacional do Concelho de Setúbal (2017, 2012, 2011) -----	30
Quadro 2.3. – Caraterização educacional do Concelho de Setúbal (2014/2015; 2015/2016) -----	31
Quadro 2.4. – Caraterização emprego/desemprego do Concelho de Setúbal – faixa etária; tempo de inscrição (2018)-----	32
Quadro 2.5– Caraterização emprego/desemprego do Concelho de Setúbal – nível escolar; situação face à procura de emprego (2018) -----	32
Quadro 3.1– Caraterização populacional da freguesia de S. Sebastião (2018) -----	34
Quadro 3.2– Caraterização populacional da freguesia de S. Sebastião – distribuição por grupos etários (2018)-----	35
Quadro 3.3– Núcleos familiares monoparentais (N.º) por tipo de núcleo familiar com base na condição perante o trabalho, por Freguesia (2018) -----	36
Quadro 3.4– População residente com nacionalidade estrangeira por País – Concelho e freguesia (valor absoluto nº) – Censos 2011 (2018) -----	36
Quadro 5.1– Análise SWOT do Bairro Bela -----	44
Quadro 8.1– Identificação de despesas do projeto -----	57

Índice de figuras

Figura 2.1. – Mapa do Concelho e Freguesias de Setúbal (2018)	29
---	----

Glossário de siglas

ACM – Associação Cristã da Mocidade

AEOS – Agrupamento Escolas Ordem Sant’ Iago

APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CMS – Câmara Municipal de Setúbal

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

EMAT - Equipa multidisciplinar de assessoria aos Tribunais

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE - Instituto Nacional de Estatística

ISS, IP - CDIST – Setúbal – Instituto de Seguranças Social, Centro Distrital de Setúbal

RNCCI - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

RSI – Rendimento Social de Inserção

UC – Unidade de Convalescença

UCP - Unidades de Cuidados Paliativos

ULDM - Unidades de Longa Duração e Manutenção

UMDR - Unidades de Média Duração e Reabilitação

INTRODUÇÃO

O desajustamento social das crianças e jovens assume cada vez maior expressão, devido a fatores multicausais que não estão circunscritos a um contexto geográfico, social, cultural, escolar, económico, surgindo como causa da interdependência entre todos e da influência mútua entre as diversas partes que os compõem. O desajustamento social poderá ser olhado como o desequilíbrio entre o funcionamento dos muitos ecossistemas e ciclos naturais.

As crianças e jovens em risco estão maioritariamente integrados em contextos socioeconómicos vulneráveis, o que os coloca em situação de risco, sendo que estes fatores condicionam a igualdade de oportunidades e a coesão social. Estes contextos originam comportamentos desviantes nas crianças e jovens, tornando os processos de escolarização mais curtos e condicionando a capacitação para uma futura integração no mercado de trabalho.

Torna-se cada vez mais pertinente analisar e compreender a temática das crianças e jovens em risco de exclusão social. Apenas assim poderemos enquanto profissionais estar munidos de ferramentas para quebrar ciclos redutores de uma plena inclusão social e profissional. Este trabalho de projeto de mestrado pretende, não apenas compreender a problemática, mas contribuir para uma reflexão acerca dos contextos e percursos das crianças e jovens inseridas em contextos vulneráveis.

Sendo o desemprego jovem uma temática cada vez mais abordada nomeadamente em termos políticos, económicos e sociais é urgente refletir e implementar respostas que poderão favorecer a diminuição das estatísticas. Este trabalho de projeto tem o propósito de refletir, planificar e contribuir com uma proposta de intervenção contextualizada com características específicas num território vulnerável e assumindo o desafio da pertinência de uma intervenção cada vez mais precoce, facilitadora de uma futura integração profissional consistente. Os resultados previstos poderão favorecer a implementação de novas metodologias de intervenção, sendo que existe a consciência da mudança e a rapidez dos acontecimentos que afetam as dinâmicas territoriais e o processo de planeamento.

Este trabalho de projeto coloca à partida a questão de como se poderá promover a capacitação e a empregabilidade nas crianças e nos jovens como estratégia de inclusão social. O projeto foi planeado para ser implementado num território onde pelas suas características específicas, as crianças e os jovens estarão em maior risco de exclusão social. O território de intervenção do projeto será o bairro da bela vista no concelho de Setúbal, um bairro multicultural e muito populoso, mas com uma forte presença de jovens em idade laboral. Neste território poderão ser identificados aspetos

que poderão condicionar uma integração profissional dos jovens tais como pobreza, os baixos níveis de escolaridade, o insucesso escolar, o absentismo e o abandono, a ausência de supervisão parental e alguma desadequação das respostas formativas em função dos níveis de escolaridade dos jovens.

Este trabalho de projeto parte do pressuposto de que uma intervenção iniciada na infância, favorecendo a empregabilidade, poderá ser facilitadora da permanência em percursos escolares e formativos mais longos. As crianças e os jovens poderão adquirir competências que irão facilitar a compreensão dos requisitos exigidos pelas diversas profissões, as exigências do mercado de trabalho e vivenciar precocemente experiências reais com o mundo empresarial.

Um projeto de cariz comunitário coloca-se como um desafio no âmbito da intervenção do serviço social, pois pretende-se atingir a mudança social, e o assistente social, na sua prática profissional, faz a diferença quando intervém em prol do sujeito, grupo e/ou comunidade intervencionados.

O presente trabalho de projeto de mestrado apresenta-se organizado em três capítulos, os quais se subdividem em vários pontos. O Capítulo I desenvolve o enquadramento teórico no qual são apresentados conceitos como pobreza e exclusão social, a problemática das crianças e jovens em risco, a inserção profissional dos jovens e o empowerment. O Capítulo II aborda o diagnóstico social do concelho de Setúbal e do território de intervenção do projeto – o bairro da bela vista. Neste capítulo são ainda apresentados os resultados das várias entrevistas realizadas a profissionais de várias entidades sediadas no território e uma análise swot. Por fim o Capítulo III apresenta a proposta de um projeto de desenvolvimento comunitário com foco na promoção da capacitação e da empregabilidade das crianças e jovens para o bairro e para a sua situação problema.

Este trabalho de projeto poderá favorecer a reflexão acerca do desemprego jovem e da necessidade de se encontrarem estratégias que favoreçam a empregabilidade, diminuindo os processos de exclusão social.

Os resultados previstos poderão contribuir para a implementação de novas metodologias de intervenção, sendo que existe a consciência da mudança e a rapidez dos acontecimentos que afetam as dinâmicas territoriais e o processo de planeamento.

Torna-se pertinente focar a necessidade de visionar os destinatários do projeto, como participantes ativos em todo o processo, auscultando as várias faixas etárias para se conseguir ir ao encontro dos seus interesses e reais necessidades. Estes momentos permitirão identificar quais as estratégias mais ajustadas para promover a capacitação e a aquisição de competências.

É necessário aprofundar o potencial das crianças e dos jovens que fazendo recurso da sua bagagem social e cultural poderão empreender ideias de projetos de vida estruturados. É igualmente primordial munir as crianças e os jovens de competências que irão produzir a construção de projetos de vida ajustados a cada um favorecendo o seu papel ativo na sociedade e a sua contribuição.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Pobreza e Exclusão Social

“Atualmente os Estados-Providência estão confrontados com problemas novos ou que se aprofundaram fortemente nas últimas décadas, e também com necessidades – algumas das quais criadas por ele próprio – que não correspondem exatamente àquela que foi a sua vocação fundadora. Alguns desses problemas são: o envelhecimento da população e a aceleração dos rácios de dependência, níveis de emprego baixos, mudanças na organização familiar, rutura das formas tradicionais de prestação de cuidados e de integração em grupos primários, a constituição de novos territórios suburbanos degradados, os crescentes fluxos migratórios. A par dessas dificuldades surge o aumento dos padrões de exigência dos cidadãos face aos serviços sociais prestados” (Capucha, 2005:25-26).

Segundo Capucha, vários autores consideraram necessário clarificar o conceito de exclusão. Para alguns “salienta-se a natureza institucional dos direitos à participação em diferentes esferas da vida social como direitos de cidadania. Nesta linha procura-se que a pobreza “trate” das matérias relativas à estrutura de distribuição dos recursos pelos indivíduos e a exclusão centrar-se-ia na questão das oportunidades de participação social, daria conta da natureza relativa dos problemas (...); da focalização da ‘agência’ e da própria responsabilidade das pessoas envolvidas; e da dinâmica dos processos, o que implica alguma durabilidade das situações vividas pelos excluídos” (Capucha, 2005:77).

Embora a literatura diferencie claramente os conceitos de pobreza e exclusão, ambos estão associados a desvantagens sociais inerentes a determinados indivíduos que não se enquadram num determinado padrão onde está patente a satisfação de necessidades básicas, ou bem-estar geral definido pela sociedade.

Segundo Amaro (2013:15), o conceito de pobreza é o mais antigo, fazendo-se inicialmente um paralelo com a insuficiência de rendimentos e/ou de consumos, mas posteriormente este conceito evoluiu à medida que se vão verificando alterações na estrutura da sociedade. A pobreza categoriza a realidade das vivências e do estar em sociedade, tendo como base de análise dos valores e representações dos indivíduos e os processos de categorização utilizados pelos interventores sociais que procuram compreender e analisar essa realidade. Trata-se, pois, de um conceito polissémico que compreende os mais diversos fenómenos. Entende-se por “carência económica as situações onde os indivíduos ou agregados familiares, embora tenham acesso a um fogo de habitação, os rendimentos auferidos não lhes permitem satisfazer as necessidades humanas básicas” (Carreiras, 2011:7), sendo caracterizada não só pela “rutura com o

mercado de trabalho, como também por ruturas familiares, afetivas e de amizade” (Costa, 2007:10-11).

“Reconhece-se que a pobreza e a exclusão social atingem vários domínios da vida social e que têm também uma raiz estrutural, mas são, sobretudo, encaradas como problemas ligados ao trabalho” (Rodrigues, 2003:35). Assim a pobreza poderá ser considerada como a ausência ou a privação de recursos, logo dando origem à exclusão dos padrões de vida aceitáveis comparativamente a uma determinada sociedade (Rodrigues, 2003:35). Estando ambos os conceitos interligados, a distinção verifica-se entre pobreza e exclusão social, sendo esta uma realidade mais abrangente, englobando questões da pobreza, podendo ou não ser evidentes situações de privação material, no entanto ocorrerá sempre o não acesso a um ou mais sistemas sociais fornecedores de bens e serviços (Rodrigues, 2003:36).

Para Costa, existe uma complementaridade entre o conceito de exclusão e o de pobreza. De modo a compreender esta complementaridade, torna-se necessário olhar a pobreza como algo que caracteriza uma situação de privação por falta de recursos, o que implica que a pobreza contemple por um lado a privação e por outro uma falta de recursos.

Assim uma situação de privação sem falta de recursos não é pobreza e, conseqüentemente o tipo de resposta trata-se do uso adequado dos recursos. No entanto, existem maneiras de resolver a privação sem resolver a pobreza, já que a maior parte das medidas para resolver a privação não tem qualquer impacto sobre a falta de recursos. Um exemplo disso é apoiar com prestações pecuniárias que resolvem a privação, mas a falta de recursos só seria resolvida com o acesso a fontes normais ou correntes de recursos (Costa (coord); Baptista; Perista; Carrilho, 2008:63). O confronto com a falta de recursos para a satisfação das necessidades humanas básicas prevê que o indivíduo não estabeleça uma interação positiva com os sistemas sociais geradores de rendimentos. Simultaneamente, “a privação também apresenta uma situação de relação fraca ou de rutura com diversos outros sistemas sociais – sistema de bens, sistema de saúde, etc. Quanto maior for a situação de privação maior será o numero de sistemas sociais envolvidos, pelo que mais profundo o estado de exclusão”. “Segundo esta lógica a pobreza representa uma forma de exclusão social, ou seja, que não existe pobreza sem exclusão social. O contrário, porém, não é valido. Com efeito existem formas de exclusão social que não implicam pobreza” (p. ex. qualquer tipo de discriminação social que não é um problema económico mas que pode promover o isolamento) (Costa (coord); Baptista; Perista; Carrilho, 2008:54).

Capucha, salienta que “(...) estar integrado significa partilhar a condição de cidadania com os restantes membros da sociedade (...) estar em situação de exclusão

social, significa, precisamente, o contrario disto tudo. Quer dizer não possuir um emprego – por vezes nem mesmo a imagem ou memória do que isso possa ser -, ou apenas o possuir com má qualidade, mal remunerado, instável e inseguro, quase sempre sem condições de higiene e segurança, desprotegido e frequentemente ‘a-legal’; possuir qualificações baixas, quase nulas ou obsoletas face às necessidades de adaptação às rápidas mutações organizacionais e tecnológicas da sociedade do conhecimento; ter experimentado o insucesso escolar ou carreiras escolares muito curtas e não aceder a oportunidades de atualização profissional e de formação ao longo da vida; não fruir de equipamentos e atividades culturais satisfatórias”. (...)” Significa ainda, possuir um estatuto social desvalorizado e uma identidade negativa; ser mais vulnerável às doenças e beneficiar de cuidados de saúde de pior qualidade – ou não beneficiar deles de todo; viver em habitações degradadas ou às vezes até na rua; não encontrar na família os apoios estratégicos que garantam suporte para projetos de vida pelo menos estáveis, material, relacional e emocionalmente; e pertencer a comunidades onde predomina a carência, a marginalidade, a violência, a pobreza. Para além, claro, de não usufruir de rendimentos necessários a uma vida digna” (Capucha, 2005:90-91).

Para Rodrigues; Samagaio; Ferreira; Mendes e Januário, o conceito de exclusão social surge associado a um processo de fragilização e ruturas dos laços sociais, que podem ser consequência da ausência de recursos básicos (falta de recursos económicos, culturais e sociais), ou resultado de mecanismos de estigmatização que afetam grupos específicos, como as minorias étnicas (Rodrigues; Samagaio; Ferreira; Mendes e Januário, 1999).

Mas para compreender o que é estar excluído da sociedade, Costa baseia-se numa perspetiva sistémica, em que cada uma das esferas da existência social – da mais pequena à mais ampla, da mais simples à mais complexa – constitui um sistema social, onde a sociedade (local, nacional ou global) será então, constituída por um conjunto de sistemas sociais, alguns dos quais poderão ser considerados como básicos ou essenciais (Costa (coord); Baptista; Perista; Carrilho, 2008). A sociedade é olhada como um conjunto de sistemas sociais a que o indivíduo pertence. Mas a relação de cada um com a sociedade onde está inserido não depende apenas dos laços sociais que estabelece, ou das redes que integra (família, vizinhos, amizade) nem do seu funcionamento. “A inclusão na sociedade depende também do posicionamento dos indivíduos relativamente ao domínio económico, quer no que se refere aos sistemas geradores de rendimentos, quer à possibilidade (ou não) de aquisição de bens e serviços indispensáveis ao funcionamento em sociedade. No que se refere aos sistemas geradores de rendimentos (mercado de trabalho, segurança social – reformados – e a propriedade) a solidez da relação depende da existência e do nível e regularidade dos salários, das pensões e do

rendimento do capital, daí podendo decorrer situações de insuficiência de recursos (pobreza), de deficiente distribuição dos rendimentos (desigualdade) ou de perda de autonomia financeira (sobre endividamento). "(Costa (coord); Baptista; Perista; Carrilho, 2008: 66)

Para Rodrigues; Samagaio; Ferreira; Mendes e Januário "A exclusão configura-se como um fenómeno multidimensional, como um fenómeno social ou um conjunto de fenómenos sociais interligados que contribuem para a produção do excluído. Coexistem, ao nível da exclusão, fenómenos sociais diferenciados, tais como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros. Acresce o facto de a exclusão ter um carácter cumulativo, dinâmico e persistente, encerrando no seu núcleo processos de reprodução (através da transmissão geracional) e evolução (pelo surgimento de novas formas), que garantem as suas vias de persistência, constituindo simultaneamente causa e consequência de múltiplas ruturas na coesão social, implicando manifestações de dualismos e de fragmentação social". (Rodrigues; Samagaio; Ferreira; Mendes e Januário, 1999:64-65).

A exclusão social é um problema inerente à sociedade, constatando-se que "os excluídos estão perfeitamente incluídos, a sociedade é que é perversa" (Netto, 2012). À luz das novas realidades devemos assumir a pobreza e a exclusão social como conceitos mutantes que carecem de novos olhares e novas respostas.

Tal como Costa (2008) vários autores observam a pobreza como uma forma de exclusão social, no entanto, esta pode não implicar necessariamente formas de pobreza. Processos de discriminação por opções religiosas, idosos excluídos da sociedade e preconceito contra minorias, são casos específicos de exclusão social onde poderão não se verificar formas de pobreza, comprovando a afirmação anterior.

Costa (2007:14-17) define sistemas sociais básicos em cinco domínios: 1) o social, 2) o económico, 3) o institucional, 4) o territorial e 5) o das referências simbólicas. O domínio social representa os sistemas (grupos, comunidades e redes sociais) nos quais cada individuo se encontra inserido, desde os mais próximos e restritos - família e vizinhança – passando pelos intermédios - o grupo de amigos ou pequenas comunidade que podem ter um cariz desportivo ou cultural (em função das vivências individuais) -, até aos mais amplos - comunidade local, mercado de trabalho ou comunidade política. Em relação ao domínio económico, o autor identifica três principais tipos de sistemas, sendo eles: os mecanismos que geram fontes de rendimento que advêm do trabalho, o acesso ao recurso financeiro, potenciador de investimento e o sistema de poupanças que poderá promover uma segurança face a situações imprevisíveis e que não podem ser acedidas através do sistema de segurança ou proteção social. O domínio institucional abrange dois tipos de sistemas: 1) sistemas prestadores de serviços, como os sistemas educativos, de

saúde, de justiça, e em alguns casos, de habitação; e 2) instituições mais diretamente relacionadas com direitos cívicos e políticos. Relativamente ao domínio territorial, este foca situações de exclusão social mais envolventes e que vão além de situações individuais ou familiares para serem mais abrangentes, ligadas a um território. Bairros desfavorecidos nas grandes cidades ou mesmo em contextos rurais e que carecem, de modo a favorecer uma mudança, de intervenção nos domínios de habitação, dos equipamentos sociais, das acessibilidades e até de atividades económicas. Por fim, o último domínio, o das referências simbólicas, tem a ver com uma dimensão do próprio conceito de exclusão que pressupõe que o não acesso a determinadas condições, favoreça a continuidade e a permanência numa situação de exclusão. O autor refere neste domínio com exemplos a perda de identidade social, de autoestima, de confiança, de perspetivas de futuro, de capacidade de iniciativa, de motivações, do sentido de presença à sociedade, entre outros.

Paugam (2003:34-38), apresenta outra perspetiva sobre a exclusão social. O autor aborda uma “nova pobreza”, conceito que abrange os desempregados de longa duração, com evidentes dificuldades em regressar ao mercado de trabalho e os jovens em busca de uma oportunidade para entrarem nesse mesmo mercado. É um fenómeno que advém de um conjunto de mudanças simultâneas, ligadas à degradação e a uma mudança estrutural do mercado de trabalho, que promove a multiplicação de empregos instáveis e o crescimento do desemprego de longa duração, conseqüentemente confrontamo-nos com o enfraquecimento dos laços sociais, cujos principais sintomas são o aumento das ruturas conjugais, o declínio das interações em sociedade e a mudança de habitação para zonas mais “degradadas”. Paugam, parte do conceito de “desqualificação social”. Trata-se de um conceito dinâmico, que implica mobilidade, sendo por isso um processo, constituído por fases encadeadas, que se inicia na “fragilidade”, passa pela “dependência” e termina na “rutura”. A cada fase está diretamente associada e encadeada a designação de “população frágil”, “população assistida” e “população marginal”. Na condição de frágil, o desempregado, mantém a esperança de encontrar um emprego e de retomar o seu modo de vida anterior. Após um processo recorrente de tentativas de regresso ao mercado de trabalho e, face à inexistência de outras soluções, é obrigado a recorrer aos serviços de apoio social. Aceitar a dependência destes apoios significa manter relações regulares com estes serviços. No decorrer do seu trabalho, o autor, constatou que as pessoas em situação de fragilidade e em busca de um emprego no início da pesquisa, declararam um ano mais tarde, apresentarem problemas de saúde que as impediam de trabalhar. A alteração do estado de saúde “marca” a entrada na fase da dependência, onde a personalidade se transforma rapidamente. O indivíduo “assistido” transpõe, frequentemente, uma série

de insatisfações, já que os montantes provenientes da assistência são insuficientes para cobrir todas as despesas quotidianas. Isso equivale a dizer que a dependência é socialmente desvalorizada, permitindo somente evitar a miséria extrema. Quanto à rutura, a última fase do processo de desqualificação social, Paugam afirma que aqueles que a vivenciam, acumulam um conjunto de desvantagens, tais como expulsão do mercado de trabalho, problemas de saúde, perda do domicílio, perda de contactos com a família, etc. Traduz-se numa série acumulada de fracassos, que conduz a uma forte marginalização, cujo sentimento é de inutilidade e a de perda do sentido das suas vidas. Para os trabalhadores sociais, que procuram concretizar a reinserção, um dos maiores obstáculos com que se deparam são os consumos de álcool e de drogas.

Para o autor, a desqualificação social, ocorre quando se verifica um considerável nível de desenvolvimento económico, associado a uma forte degradação do mercado de trabalho, uma perda dos vínculos sociais, onde a solidariedade cede e dá lugar ao individualismo e uma inadaptação aos modelos de intervenção social. O fenómeno da desqualificação social é, segundo o autor, “o produto de uma construção social, *onde o mau nome da comunidade repousa, pelo menos em parte, nas representações coletivas que se formaram no exterior desses espaços residenciais e que corresponde a uma forma de conhecimento social espontânea, generalista e muitas vezes superficial da realidade. Esta imagem, em regra, mergulha na consciência social dos habitantes, os quais têm tendência para, daqui por diante, se conformarem com ela*” (Paugam 2003:141).

Assim, o conceito de exclusão social é mais abrangente do que a noção de pobreza. Trata-se de um fenómeno complexo e heterogéneo, que permite falar de exclusões sociais ou de diversos tipos de exclusão: económica, social, cultural, de origem patológica, entre outras. “Apresenta um forte carácter relacional, pelo que, e considerando que as relações sociais são uma componente fundamental do bem-estar das populações, a sua quebra resulta numa forma de não participação na sociedade, ou seja, de «não lugar» face às oportunidades oferecidas por esta” (Amaro, 2003:18). Tanto a pobreza como a exclusão social resultam, acima de tudo, da interação e convergência de diversas desvantagens sociais que não podem ser explicadas isoladamente e que estão relacionadas com encadeamentos biográficos ligados a mecanismos estruturais, que podem sempre dar lugar a outros encadeamentos apoiados noutros mecanismos. Trata-se de um duplo processo (estrutural e biográfico):

- ligados à sociedade, mais global ou mais próxima (âmbito macro e meso) - ausência de oportunidades e de respostas por parte daquela, impedindo indivíduos e grupos sociais de lhes acederem ficando desse modo privados do padrão de vida dominante e/ou em situação de desvinculação social;

- ligados às histórias pessoais e familiares concretas (âmbito micro) - fragilidade e/ou desaproveitamento das capacidades e das competências dos indivíduos, que assim não têm recursos suficientes para participar plenamente na sociedade (Amaro, 2003: 25).

Assim as manifestações da pobreza e da exclusão social dependem do modo como as diversas categorias sociais sofrem os efeitos dos processos de exclusão e das estratégias que seguem para lhes fazer frente. Não é apenas o fator pobreza, mas também outras condições, que podem conduzir à exclusão social. Estas condições são possíveis de se transmitirem de geração em geração. (Lourenço, 2005:40)

Os estudos demonstram que se os menores forem socializados em contextos desfavorecidos, a probabilidade que têm de experimentar dificuldades comparáveis aos seus pais, enquanto adultos, é maior. Por um lado, as próprias estruturas sociais e económicas permitem e, inclusivamente, fomentam que as pessoas vulneráveis mantenham uma situação da qual dificilmente podem sair. Por exemplo, as crianças que crescem em ambientes sociais desfavorecidos, rapidamente interiorizam e assumem valores fundamentais e os costumes da sua “subcultura”, por isso não estão tão bem “equipados” para aproveitar os possíveis avanços que se produzam nas suas vidas. Outro fator que pode conduzir à transmissão geracional da pobreza é a existência de territórios pouco desenvolvidos e com formas de convivência mais tradicionais e resistentes à mudança, especialmente nas zonas mais rurais e nos espaços degradados das grandes cidades (Lopes, Paiva, Vicente, 2013:18-19).

Podemos constatar que, muitas vezes, o conceito de inclusão define-se por oposição ao de exclusão social. É pela definição do que é estar em situação de exclusão que, por oposição, temos caracterizada a situação de inclusão social.

“A inclusão social é analisada como um processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acedem às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas económica, social e cultural e beneficiarem de um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem. Assegure-lhes, pois, uma participação acrescida no processo decisório que afeta as suas vidas e o acesso aos seus direitos fundamentais” (Comissão das Comunidades Europeias, 2003: 9).

2. Uma Problemática – crianças e jovens em risco

A infância e a juventude constituem períodos do ciclo de vida em que se vão definindo e moldando diversos percursos comportamentais, ao longo dos quais, estes enfrentam dificuldades de natureza diversa que podem gerar a adoção de comportamentos considerados inadequados, desajustados ou mesmo antissociais. As fontes de influência

podem ser variadas e nenhuma variável é por si só suficiente para explicar qualquer perturbação específica, seja emocional ou comportamental. (Matos, et al, 2000)

A Lei 147/99 (n.º 2 do artigo 3.º) “considera que uma criança ou o jovem está em perigo quando, se encontra numa das seguintes situações: está abandonada ou vive entregue a si própria; sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; é obrigada a atividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal, ou quem tenha a guarda de factos, se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação”.

Salgueiro (1999), identifica e descreve dois tipos de riscos: riscos precoces e riscos tardios. O risco precoce, com foco nos primeiros anos de vida, poderá ocorrer quando se verifica uma insuficiente ou até mesmo uma ausência do estabelecimento das vinculações entre a criança e os seus pais, quer qualitativa, quer quantitativamente. Estes riscos podem surgir por diversas situações que favorecem um quadro de risco precoce, associadas a uma componente psicológica, tais como crianças prematuras ou nascidas com baixo peso, ou com índices reduzidos de vitalidade, com uma evidente deficiência, ou ainda, com doenças congénitas. Os progenitores apresentam muitas vezes um quadro de perturbação, visível em sentimentos de angústia, desânimo, revolta, que os condiciona na interação com os seus filhos. Uma interação de rejeição ou de hiperprotecção pode ser a causa de “riscos” que surgem onde deveria ocorrer sempre um desenvolvimento equilibrado.

Um risco precoce também pode ocorrer quando analisamos “crianças não desejadas”, maioritariamente oriundas de famílias em que os pais são imaturos, ou por serem psiquicamente perturbados sem qualidades parentais, ou quando estamos perante mães gravemente deprimidas. Estão também em risco as crianças que crescem em “famílias sem qualidade, sem capacidade para lhes assegurarem um ambiente acolhedor, protetor e nutriente, e onde, muitas vezes, a criança se defronta com maus tratos, abandonos e abusos de todos os tipos, incluindo sexuais. Ficam crianças tristes, desorientadas, desorganizadas e, por vezes, agressivas” (Salgueiro, 1999, p. 254).

Podemos associar o risco precoce ao papel desempenhado pelos progenitores, pela família e pelo contexto onde a criança está inserida. A família é assim considerada como a impulsionadora de todo um processo de desenvolvimento que se pretende estável e equilibrado.

Os riscos, estão associados às crianças que em idade escolar apresentam dificuldades de integração ao nível das relações interpessoais, que estabelecem nomeadamente com os pares. Apresentam um comportamento muitas vezes agitado, inseguro, podem ser inquietas, com propensão para o desajustamento escolar, e algum comprometimento no processo de aprendizagem. Segundo Salgueiro (1999), a origem destes “riscos” mais tardios está maioritariamente associada a famílias pouco organizadas, que despendem pouco tempo na organização e valorização da vida da criança, apresentando também por vezes algum défice de qualidade ao nível social. No processo de crescimento, poderá ser evidente que crianças nas quais ocorreu um processo de vinculação pouco consistente, poderá originar uma adolescência revoltada e com propensão para o desvio.

Poderá ser facilmente identificado que a adição ou mesmo a multiplicação de fatores de risco poderá ter um efeito direto na possibilidade de desajustamento social, aumentando conforme aumenta o número de fatores de risco que afetam as crianças e jovens. São fatores de risco: estruturas familiares/comunitárias instáveis e/ou frágeis, experiências vividas de violência, abuso ou privação, consumo aditivo, ausência de modelos sociais positivos, perturbações físicas, psicológicas e intelectuais, fracos recursos educacionais e resultados escolares, desemprego, lares monoparentais, condições socioeconómicas, exclusão social, isolamento e alienação, xenofobia e racismo, delinquência, gravidez na adolescência/indesejada, entre outros.

O desajustamento social pode advir de problemáticas evidenciadas na história pessoal de aprendizagem social assente no deficit de competências e habilidades pessoais e sociais que condicionam a capacidade para fazer face às diversas adversidades, situações-problema. Poderá ser notória a ausência de contextos promotores/facilitadores da interdependência, de alargamento e expansão de fronteiras e que integrem experiências diversificadas.

Dentro das categorias sociais mais vulneráveis a situações de pobreza e exclusão social, Capucha (2005), destaca o grupo de crianças e jovens que, devido às suas origens socioeconómicas, processos de socialização e desenvolvimento de modos de vida precários e, muitas vezes marginais, se encontram em situações de risco. O risco surge, para as crianças e jovens das sociedades modernas, incluindo Portugal, através de uma situação de precariedade material e/ou relacional que se estabelece a vários níveis. Se a criança ou o jovem se encontram numa situação de abandono, vive entregue às condicionantes da vida de rua ou dos lares de acolhimento. Se, se verificam situações de maus tratos físicos ou abusos sexuais, poderá não receber cuidados adequados à sua idade e situação pessoal, quando é obrigada a exercer trabalhos excessivos, assume comportamentos que afetam a sua saúde, desenvolvimento, formação. A sua segurança

e equilíbrio emocional poderão estar ameaçados, a criança e o jovem vivem em situação de risco (Capucha, 2005).

“As crianças vivem em pobreza se o rendimento e os recursos disponíveis para o seu sustento são inadequados para terem um padrão de vida considerado aceitável na sociedade em que vivem e tido como suficiente para assegurar o seu desenvolvimento social, emocional e físico. Devido ao aumento da pobreza as crianças e as suas famílias podem experimentar múltiplas carências devido aos baixos rendimentos, ambiente e habitação pobres, cuidados de saúde insuficientes e dificuldades na educação. Elas são frequentemente excluídas e marginalizadas de atividades sociais, desportivas, recreativas e culturais que normalmente outras crianças usufruem e em que participam. O acesso daquelas crianças aos direitos fundamentais pode ser restringido e limitado, elas podem experimentar situações de estigmatização e discriminação e as suas vozes podem ser não escutadas.” (Eurochild & EAPN, 2013:9)

A influência dos percursos familiares na estrutura emocional das crianças e jovens poderá ser notória, pois segregadas para os espaços mais degradados e com maior precariedade nas cidades, e vivenciando um quotidiano impregnado de privações materiais, sociais, culturais, educacionais e emocionais, estas famílias demonstram fraca capacidade para intervirem no rumo da sua própria história de vida, pois os condicionalismos exercidos pelas estruturas sociais são demasiado fortes. A insegurança e imprevisibilidade da vida, fragilizam, as relações interpessoais do núcleo familiar, conduzindo muitas vezes a episódios de violência (Sebastião, 1998).

Segundo Alves & Rodrigues (citados por Sarmento, Fernandes, Trevisan, 2015:88), “(...) o aumento da exposição a situações de doença e perturbação emocional e neuropsicológica dos adultos é um dos efeitos que podem decorrer de situações de pobreza e tem vindo a intensificar devido à crise económica e social, sendo mais notória em quotidianos infantis marcados pela instabilidade, violência e maus tratos infringidos por progenitores.”

Considerando que a primeira representação social da criança é a família, e que é nesta que ocorrem as primeiras aprendizagens sociais, e são ministradas competências para uma integração na sociedade, quando a família surge como um modelo socialmente desajustado, alternando entre a agressividade e a passividade, a criança não desenvolve mecanismos de auto regulação. Poderá então ser evidente a ausência de capacidades para criar estratégias de resolução de problemas. A criança e o jovem tenderão a utilizar a violência, se esse foi um comportamento que aprendeu como forma de relacionamento.

A família impõe uma significativa influência sobre a criança/adolescente e as práticas parentais educativas têm um impacto direto sobre o desenvolvimento e o comportamento. Os comportamentos e estilos parentais assumidos por quem educa

variam e influenciam de várias formas o desenvolvimento de determinadas características na criança/adolescente, o seu desenvolvimento social, cognitivo, emocional, filiação no grupo de pares e desempenho académico, podem vir a ser um fator de proteção mas também podem vir a ser um fator de risco (Baptista, 2000). A família tem o poder de contribuir para o desenvolvimento, manutenção e aumento de algumas patologias na criança ou adolescente, nomeadamente a fobia social.

Sebastião (1998), considera que, nos bairros pobres e excluídos, muitas das crianças e jovens não conseguem depender do sustento da família, pois estas (que na sua generalidade são desestruturadas e disfuncionais) vivem dependentes de subsídios estatais, subsídios esses, tantas vezes insuficientes para dar resposta à tão ampla gama de necessidades. Por essa razão, cedo se confrontam com a urgência de desenvolverem autonomia na procura de meios para se sustentarem.

Diversos autores consideram que existe uma forte correlação entre a origem social e os resultados escolares, tornando-se claro que o insucesso e abandono académico estão muitas vezes ligados a alunos oriundos de classes sociais mais baixas. O percurso destas crianças caracteriza-se por estarem inseridas em contextos de uma cultura de pobreza, onde já os seus pais não vivenciaram as mesmas oportunidades de formação, e limitam-se a percorrer o caminho que as estruturas sociais permitem. Assim, muitas famílias marginalizadas, e detentoras de uma história de fracasso na escola, transmitem aos filhos a violência e a inutilidade do esforço de tentar entrar e ser bem sucedido no sistema de ensino, que decorre das suas próprias representações negativas sobre a escola.

Para muitos jovens, a instabilidade familiar, principalmente na esfera económica, obriga-os a depressa adquirirem autonomia na satisfação das suas necessidades. Assim, a função da escola é desvalorizada, pois as famílias, geralmente com baixos níveis de qualificação, não exercem qualquer influência neste campo. Num círculo vicioso, as crianças e jovens não adquirem competências que lhes permitam integrar o mercado de trabalho o que não oferece perspectivas animadoras para o corte com a situação de precariedade (Sebastião, 1998).

No estudo desenvolvido por Guerreiro (2006), acerca dos jovens e do mercado de trabalho, existe uma crescente preocupação por parte dos jovens com a conclusão do ensino obrigatório, uma vez que, uma menor escolaridade equivale à obtenção de emprego em setores mais desqualificados. Nesses casos, o desejo de concluir a escolaridade obrigatória está associado a uma aspiração de mobilidade social que permita a entrada no mercado de trabalho. Após um abandono escolar precoce, alguns voltam à escola, através de outras modalidades de ensino, esforçando-se para adquirirem competências tecnológicas que possam facilitar a integração no mercado de

trabalho. Muitos jovens que experimentaram situações negativas no ensino regular procuram alternativas para concluir a escolaridade, principalmente se estas tiverem um cariz mais profissional e também incluam algum apoio económico, preferindo cursos de formação com estágio profissional.

Guerreiro (2006), considera que as desigualdades qualificacionais condicionam e influenciam os trajetos e oportunidades dos jovens, uma vez que se para alguns é possível lidar com as transformações sociais (pois adquiriram diplomas e competências para tal), outros apresentam enormes carências ao nível das competências, apresentando uma enorme dificuldade de adaptação profissional, e correndo riscos elevados de exclusão social. Mas apesar da cada vez maior variedade de recursos e estratégias educativas, é difícil para os jovens a construção de projetos de vida. Para muitos a escola continua a ser vista como um espaço hostil e desajustado da realidade e a precariedade laboral acompanha a maioria dos jovens, independentemente das habilitações que possuem.

No entanto, Cabrito (1994), defende que a “aproximação ao mundo do trabalho, não deverá afetar a aquisição de conhecimentos gerais e tecnológicos nem o desenvolvimento de atitudes e de competências que se concretizam em dimensões como a negociação, o respeito pelos outros, o aceitar do confronto, a cooperação, a decisão, e que se constituem como um dos objetivos do ato educativo, sob pena de conduzir à reprodução de vias paralelas, com uma via menos nobre, tecnicista, que se esquece da necessidade de desenvolver para a cidadania, para a democracia e para a participação” (Cabrito, 1994: 21).

Atributos pessoais, como elevada auto-estima e capacidades cognitivas desenvolvidas, laços afetivos familiares e apoios externos à família (professores, vizinhos, amigos, associações de bairro, grupos desportivos) constituem no seu conjunto fatores de proteção que podem determinar a resistência aos fatores de risco e a capacidade de resiliência necessária para resistir e superar o sofrimento. As crianças e jovens em risco, precisam de uma intervenção focalizada em garantir a aquisição de competências pessoais, sociais, cognitivas e morais facilitadoras da construção de projetos de vida que contribuam para uma autonomia e plena integração social.

As crianças e os jovens são capazes de, quando ouvidas, contribuir para o apontar de soluções de modo a melhorar o seu bem-estar. Será nos contextos sociais mais desfavorecidos pela exclusão social, que o envolvimento das crianças e dos jovens mais poderá contribuir para quebrar ciclos de pobreza e promover uma participação mais ativa no desenvolvimento de competências pessoais e socioprofissionais.

Diversos estudos apontam múltiplas causas do insucesso e abandono escolar. Segundo Benavente (1994), as causas que mais promovem situações de abandono

escolar estão associadas a fracassos e repetências. Estas situações poderão advir de problemas de integração, familiares e de acessibilidade. Para Benavente (1994), os problemas de integração estão diretamente associados à falta de interesse, dificuldades na aprendizagem, a inadaptação à escola, interesse por atividades fora do contexto escolar, insucessos repetidos, à idade, aos problemas com professores e colegas, a inadaptação à escola. Os problemas familiares têm a ver com a incapacidade por parte das famílias para valorizarem o contexto escolar, não sendo capazes de responsabilizar as crianças e os jovens para prática do estudo e de ajuda nas tarefas domésticas e também com problemas financeiros que levam à inserção no mercado de trabalho e ao desinteresse pelos estudos. Outro problema é o da acessibilidade dos transportes.

Benavente (1994), refere fatores exógenos como o contexto económico, a classe social, as formas de cultura, entre outros; e fatores endógenos como o número de alunos por turma e as expectativas do professor. O número de alunos em situações de absentismo e em risco de abandono escolar são mais sinalizados nas periferias urbanas ou em zonas rurais ou ainda filhos de emigrantes e pertencentes a minorias étnicas. Os alunos em risco evidenciam inúmeras retenções, ausência de ambições escolares, desinteresse pela escola, pelos conteúdos e pelas aulas e interesse pelo mundo do trabalho, apresentando no entanto uma visão pouco realista.

Existem vários indicadores que permitem identificar potenciais casos de abandono escolar, “(...) a falta de apoio dos professores, a falta de encorajamento, a falta de confiança dos alunos em relação aos docentes, a ausência de empatia e de real interesse recíproco, o aluno que não se sente bem na pele de estudante, sente-se muitas vezes solitário e isolado; os seus professores não dão aulas interessantes nem lhes dão gosto por aprender e a avaliação é mal vivida” (Dupont & Ossandon, 1987, citados por Dias, 2010:38-39).

O absentismo e o abandono escolar são mais evidentes nos alunos provenientes de famílias desfavorecidas, com menos comunicação e/ou interação com a escola, que, desinteressados dos estudos preferem, mesmo sem qualificações, tentar uma integração no mercado de trabalho. Um envolvimento familiar permanente e consistente pode ser de grande ajuda na prevenção do insucesso e posterior abandono da escola. Analisando o contexto escolar em Portugal, podemos constatar que o mesmo é cada vez mais heterogéneo e as diferenças culturais causam grandes dificuldades de adaptação à cultura da escola. Esta diversidade acarreta por um lado grandes desafios, mas também problemas às próprias escolas, por falta de preparação dos professores e dos currículos para responderem e valorizarem as diferenças linguísticas e culturais. Esta situação provoca “dificuldades de integração escolar dos alunos e consequente desmotivação e posterior absentismo e insucesso escolar, os professores e os pais têm raízes culturais

diferentes, provocando nos alunos problemas de adaptação. A descontinuidade entre a escola e as famílias é, sem dúvida, o maior obstáculo ao sucesso das crianças em risco” (Marques, 1997:26).

Pereira e Matos (2008), citando Patterson, Reid, & Dishion (1992), consideram que os problemas familiares surgem como os fatores mais influenciadores de comportamentos anti-sociais nas crianças e nos jovens. As perturbações familiares que surgem associadas aos problemas de comportamento das crianças e dos jovens são muitas das vezes, quadros psico-patológicos parentais, problemas antissociais na família, desavenças conjugais, instabilidade familiar, fracos recursos económicos e as perturbações específicas nas práticas parentais e no funcionamento familiar, que se evidenciam através do uso excessivo de disciplina, falta de supervisão, falta de apoio emocional e desentendimentos parentais acerca da disciplina. Em famílias onde é notório um nível elevado de conflitos é comum a existência de crianças e jovens com perturbação de comportamento. Estas famílias demonstram assumir estratégias pouco eficazes relativamente à disciplina, recorrendo a castigos inapropriados e a recompensas desajustadas.

Matos, Simões & Carvalhosa (2000), referem as fracas condições socioeconómicas como fomentadoras de formas de psicopatologia na adolescência, assim como os lares monoparentais, fracos recursos educacionais, desemprego, condições habitacionais fracas, psicopatologia parental e o residir em zonas onde se evidencia uma escassez de recursos de lazer e socialização. As perturbações psicológicas que podem ser observadas na infância e na adolescência, podem contudo ser reduzidas através da implementação de ações de prevenção bem sucedidas. A ausência de competências pessoais e sociais que permitem interagir de forma construtiva e desenvolver relações interpessoais positivas, originam percursos de exclusão condicionando uma integração plena.

3. A Inserção Profissional dos Jovens

Alves (2008:23), considera que a experiência juvenil é um produto da modernidade, acarretando esta “a escola de massas e a conseqüente escolaridade obrigatória, a institucionalização de um tempo específico para aprender e a criação de um espaço propício à participação num grupo de pares, ao desenvolvimento de sociabilidades e à identificação com as culturas juvenis”.

A escola pode ser um fator que contribui para a distribuição de papéis e de posições na estrutura da sociedade. A escola tendo como propósito o facilitar da aquisição de qualificações académicas, tem uma determinada utilidade social, contribui

para a distribuição de empregos, de posições e de status sociais. A certificação de níveis de qualificação, tem uma associação direta com a distribuição das profissões e pode determinar o lugar que os indivíduos irão ocupar na hierarquia social. A escola poder ser olhada como promotora da distribuição das posições sociais. Diversos autores consideram que a escola deve cumprir três funções: de socialização, de educação e de especialização e distribuição das posições sociais (função de utilidade).

A escola deve assumir estratégias que fomentem a igualdade das aquisições, devem ser tidos em conta objetivos a serem alcançados por todos. Os meios identificados devem variar de acordo com as necessidades e capacidades de cada aluno. A diferenciação pedagógica deve ser um fator preponderante no processo de aprendizagem, facilitando oportunidades educacionais que sejam proporcionais aos talentos de cada um. A diversidade individual deve ser olhada como um fator que conduz cada aluno ao domínio dos objetivos definidos como fundamentais.

Guerreiro & Abrantes (2005:159) consideram que a generalização da escolaridade básica não está diretamente associada a uma generalização das experiências escolares bem-sucedidas. Estes autores citam Benavente *et al.* (1994), focando que “a pesquisa empírica revelou como os insucessos e as reprovações, o desinteresse pelas “matérias”, os círculos de amigos e a vontade de trabalhar, ganhar dinheiro ou conquistar autonomia tendem a convergir e a acumular-se em trajetórias de exclusão da escola”. Muitos jovens apresentam experiências escolares que evidenciam desinteresse e insucesso, sendo muitas das vezes oriundos de classes desfavorecidas e com baixas qualificações, isto é, são filhos de operários ou de desempregados de longa duração, ou que apresentam percursos profissionais intermitentes. Estudos demonstram que muitos dos jovens que abandonaram precocemente a escola sentem, posteriormente, a necessidade de obterem mais qualificações para conseguirem enfrentar um mercado de trabalho em constante transformação e que, cada vez mais, parece preferir as qualificações escolares, desvalorizando os saberes práticos (Guerreiro & Abrantes, 2005).

Segundo Capucha, et al (2009:38), não é possível compreender o fenómeno do insucesso e do abandono escolar através de um modelo explicativo simples. Este fenómeno deve ser analisado à luz da identificação de fatores e das dinâmicas do abandono escolar precoce, recorrendo à construção de conjuntos articulados de variáveis que permitam uma análise de diversas situações que posteriormente deverão ser contextualizadas e compreendidas para que as políticas de intervenção a adotar sejam multidimensionais. Os autores consideram que são quatro os principais conjuntos articulados que podem ser identificados: “o conjunto dos fatores e dinâmicas associados ao desajustamento entre a linguagem tradicional da escola e o capital cultural das famílias e dos alunos; o conjunto dos fatores e dinâmicas associados à articulação entre

os alunos e as suas famílias, a escola e o mercado de trabalho; o conjunto de fatores “internos” e específicos do funcionamento do sistema de educação-formação; conjunto de fatores e dinâmicas associados à relação entre os agentes educativos-formativos e comunidades, grupos ou pessoas particularmente problemáticos”. Capucha, et al (2009:38)

Os autores realçam a interação de três elementos – emprego, escola, estratégias familiares/pessoais enquanto facilitadores do processo de abandono escolar precoce. Muitas empresas continuam a adotar uma estratégia conservadora de sobrevivência baseada na força de trabalho intensiva e pouco qualificada. Estas empresas, absorvem jovens com baixas qualificações, apresentando-se enquanto alternativa aos percursos formativos mais prolongados e qualificantes. Já a escola, pode surgir enquanto instituição orientada para a seleção dos alunos, excluindo muitos daqueles que não pretendem prosseguir estudos. A reflexão das famílias e dos jovens em relação à ausência de ganhos efetivos com uma escolarização mais prolongada, origina uma aceitação da integração em trabalho com baixas remunerações de baixa qualidade, aumentando no entanto o orçamento familiar Capucha, et al (2009:42). No entanto, a interação destes três elementos, para além de se basear em dados como escassez dos orçamentos familiares, ofertas de emprego sem qualidade e uma escola seletiva, também se foca em falsas crenças, assumindo a incapacidade da escola em substituir a seletividade pela inclusão, algum desconhecimento do valor das certificações escolares a longo prazo e uma visão descrente de que quem estudo não é para ser um trabalhador, mas sim para obter um estatuto socioprofissional. Mas presentemente, afastamo-nos cada vez mais desta visão, sendo cada vez mais vinculada a ideia de que se estuda “para ter acesso a uma profissão e o exercício profissional, qualquer que seja o seu perfil, carece de aprendizagem permanente ao longo e em todos os contextos da vida” Capucha, et al (2009:43).

Alves (2008:76), reflete que ao analisarmos a literatura científica, somos confrontados com uma vasta diversidade de termos utilizados “para denominar este fenómeno social – inserção profissional, entrada na vida ativa, transição profissional, transição da escola para o trabalho, entrada no trabalho, entrada no emprego.” A expressão inserção profissional adquire real visibilidade com o relatório elaborado por Bernard Schwartz em 1981, a pedido do Governo Francês. A inserção profissional permite o atingir de um bem estar, o acesso a determinados benefícios e o estabelecimento de relações sociais, o retardar deste processo condiciona o acesso a um estatuto de cidadão de pleno direito.

Sendo que a inserção no mercado de trabalho é um processo cada vez mais longo, condicionando a emancipação dos jovens, torna-se cada vez mais evidente a

necessidade de tornar as empresas parceiros da educação permitindo que os jovens desenvolvam competências qualificadas para a inserção na vida ativa, surgindo as experiências educativas na empresa como facilitadoras na passagem da escola para o trabalho. No entanto a escola e/ou outras entidades, poderão também contribuir para a formação dos jovens, favorecendo a aquisição dos saberes inerentes à profissão e o desenvolvimento de atitudes e competências sociais através de uma recriação da realidade do trabalho inserido no espaço curricular/formativo.

Presentemente confrontamo-nos com uma crescente exigência da nova economia, que se exprime em competitividade e inovação, dependente do capital humano que deverá possuir novas competências e conhecimentos. A entrada no mercado de trabalho é, para os jovens sinónimo de instabilidade e risco. A elevada percentagem de jovens desempregados e a generalização dos trabalhos precários e temporários, constroem ciclos de inserção e desinserção, dando origem a processos de exclusão e ao prolongamento ou adiamento do processo de transição para a vida adulta Guerreiro & Abrantes (2005).

Segundo Guerreiro & Abrantes (2005:170), “ a transição para a vida adulta encontra-se na ordem do dia, nas sociedades avançadas, em grande medida porque nela se refletem com particular intensidade os principais fluxos de transformação social, incluindo oportunidades originais, estilos de vida inovadores, mas também novos focos de desequilíbrio, desigualdade e exclusão social”.

Alves (2008:48), considera que a integração no contexto laboral é para muitos jovens “um período onde imperam o desemprego, a precariedade, a insegurança e durante o qual a independência económica tarda em chegar”.

Mesmo que tendencialmente, nos tenhamos vindo a confrontar com tendências que demonstram processos assentes na diversificação, ainda constatamos padrões de transição, que têm por base influência das origens sociais, dos percursos de escolaridade, das oportunidades e das condições de emprego, modelos culturais, papéis de género e as redes de apoio formais e informais. Os processos de transição para a vida adulta são incertos, os jovens vivenciam a incerteza que assume formas muito diversas, refletindo condições e oportunidades muito distintas e assimétricas. “Se, para uns, a incerteza resulta sobretudo das múltiplas vias disponíveis, para muitos outros, essa incerteza derivada incapacidade, prolongada no tempo, de superar os contextos sociais precários e de risco em que se encontram mergulhados” Guerreiro & Abrantes (2005:170).

Paugam (2000), considera que o emprego promove a estabilidade financeira e favorece o estabelecimento de relações sociais, constrói uma identidade. A importância do emprego baseia-se na sua função integradora, cada indivíduo passa a ser um

participante na esfera do consumo, ocorre uma integração social e cívica que advém das relações sociais que se estabelecem. Cada indivíduo perante a sua posição no sistema de emprego, assume um determinado estatuto e assegura o acesso aos direitos e às garantias sociais.

Segundo Olivier Galland (1991), cada vez mais os jovens evidenciam extremas dificuldades na integração no mercado de trabalho, o que promove não apenas o adiamento da entrada na idade adulta e o consequente prolongamento da juventude, mas também ocorre mais tardiamente o acesso ao estatuto de cidadão de pleno direito, conferido pela participação no regime salarial. O termo inserção profissional remete para uma interligação direta entre as várias dimensões da noção de integração - integração económica, social, cívica e simbólica. Ao refletirmos na ideia de que o emprego é um dos fatores protetores da exclusão e de que os jovens têm dificuldades crescentes na entrada para o sistema de emprego, concluímos que o termo inserção profissional assume uma componente de inclusão. Associando inserção profissional a inclusão profissional, podemos concluir que a presença dos jovens no mercado de trabalho é uma condição necessária para evitar o seu envolvimento em percursos que poderão vir a culminar numa exclusão social.

Pais (2001), considera que percursos escolares mais longos condicionam a integração dos jovens no mercado de trabalho, tornando-os dependentes economicamente das suas famílias. Presentemente o sistema de emprego assume uma maior flexibilização das relações laborais e no caso dos jovens, muitas das vezes emprego apresenta-se como precário e consiste numa sucessão de empregos provisórios intercalados com períodos de desemprego. Para os jovens que saem precocemente da escola, o ingresso no mercado de trabalho faz-se muitas vezes de forma precária e em setores desqualificados. A permanência no contexto familiar e a consequente dependência pode representar uma dificuldade na tomada de decisões e responsabilidades vinculativas, “criando entre a adolescência e a entrada na vida adulta, um período de opções, liberdade e experimentação” (Guerreiro e Abrantes; 2005:39).

Parente, Neto, Ramos, Cruz e Marcos (2014:89-90), citando Wolbers (2001), “a fraca articulação existente entre educação e emprego, a par da escassez de saídas profissionais, são características centrais dos mercados externos de trabalho, estruturação peculiar dos países do Sul da Europa, como Portugal, Espanha, Itália e Grécia.” “O acesso à vida ativa continua a ser um momento de transição conturbado dada a ausência da dimensão trabalho no sistema educativo e da carência de qualificações válidas no mercado de trabalho”.

Parente, Neto, Ramos, Cruz e Marcos (2014:99), citando Parente (2008), “a relação entre legislação laboral e empregabilidade juvenil permitiu verificar que Portugal

revela debilidades estruturais: baixos níveis de escolaridade e de formação profissional de um segmento populacional considerável; padrões de especialização produtiva baseados em setores intensivos em mão-de-obra a auferir salários baixos e com qualificação profissional reduzida; escassa presença e opção por percursos educativos de cariz vocacional. Acresce a isto uma outra fraqueza, que resulta do mercado de trabalho se caracterizar por uma das forças laborais menos qualificadas da Europa e um dos desempregos mais qualificados, onde pululam jovens cada vez mais qualificados e com dificuldades de acesso ao emprego, em virtude, entre outros fatores, do desfasamento entre a oferta do sistema educativo e as necessidades do mercado de trabalho, de um tecido produtivo com fraca capacidade de integração e de atração de jovens, sobretudo na área industrial, enquanto o setor terciário se afirma em áreas igualmente pouco qualificadas e de baixo valor acrescentado.”

Para Alves (2007:60), “A introdução recente do termo empregabilidade nos discursos educativos corresponde a uma alteração no paradigma por que se tem orientado as políticas sociais e inscreve-se numa lógica de individualização e responsabilização individual e na tendência crescente para a privatização dos problemas sociais. Mas a empregabilidade legítima, também, o reforço das fileiras profissionalizantes destinadas a todos e de medidas específicas destinadas a alguns: aos jovens das classes populares, com trajetórias escolares de insucesso e em risco de abandono”.

4. O Empowerment

Pinto (2011) refere que o movimento de *empowerment* surgiu nos Estados Unidos nos fins da década de setenta e que tem subjacente a ideia de que os grupos mais marginalizados na sociedade, se caracterizam por uma falta de poder que os condiciona a lutar pelos seus direitos económicos, sociais e políticos. O *empowerment* surge derivado da evolução dos conceitos de autonomia e responsabilidade, que se afastam claramente de um pressuposto paternalista e assistencialista e que promove a capacitação para a tomada de decisão.

Segundo Kiefer (1984), o *empowerment* deve ser olhado como um mecanismo através do qual as pessoas, as organizações e as comunidades, controlam todos os aspetos inerentes à sua própria vida e/ou dinâmicas, e simultaneamente, tomam consciência das suas capacidades e competências para tomadas de decisão e ação.

O *empowerment* deverá ser analisado enquanto processo no qual é evidente um aumento do poder, sem que para tal ocorra uma perda de poder do outro, ocorre então uma dinâmica de potencialização da igualdade de poder com acesso aos mesmos

recursos e às mesmas possibilidades facilitadoras do controle das próprias escolhas e decisões (Becker et al, 2004). Este processo dá-se a um nível individual (micro), do grupo e/ou comunitário (macro) e transparece um aumento da autonomia pessoal e coletiva dos indivíduos e dos grupos, nas relações interpessoais e institucionais, e que pode ser evidenciado na interdependência (Becker et al, 2004).

Diversos autores referem que o processo de *empowerment* está diretamente relacionado com aspetos culturais, assim como com as diversas estruturas, contextos e os processos da organização. Estes têm influência direta nos objetivos do *empowerment* (Baden & Oxaal, 1997).

Maton (2008, p. 5) definiu o *empowerment* como sendo “o processo participativo de desenvolvimento através do qual indivíduos ou grupos marginalizados ou oprimidos obtêm maior controlo sobre as suas vidas e sobre o meio ambiente, adquirem recursos valorizados e direitos fundamentais, atingem metas de vida importantes e reduzem a marginalização social”.

Rappaport & Zimmerman (1988), referem que este conceito está associado a ter condições de criar e ganhar poder de, e para as estruturas mais marginalizadas da sociedade, de modo a que seja promovida a capacitação e o favorecimento dos indivíduos de um modo individual ou coletivo. Este favorecimento facilita o suprimir das suas necessidades através da identificação de estratégias a operacionalizar para as suprimir. O *empowerment* é assim um processo multidimensional, que carece de análise das dimensões (social, psicológica, política, económica, cognitiva e/ou outras) individuais e coletivas nas quais se enquadra. A dimensão cognitiva inscreve-se na necessidade de cada indivíduo de fazer escolhas, a dimensão psicológica está assente no desenvolvimento de sentimentos positivos que favorecem situações de êxito e a melhoria das condições, sendo que a auto confiança e auto estima se revelam fundamentais para tal. A dimensão política está associada à capacidade de favorecimento de processos de mudança social, compreendendo o meio político envolvente. A dimensão económica foca as estratégias que compreendem uma independência económica do indivíduo. Segundo Ornelas (2008), estas dimensões estão associadas a um outro conjunto de dimensões como a autoestima, a autoeficácia, a legitimidade política, a coesão social, as redes de apoio que vão ajudar a despoletar o *empowerment* individual e coletivo. A autoeficácia promove quer no indivíduo quer no grupo a responsabilização sobre os resultados alcançados, facilitando o envolvimento ativo nos processos de tomada de decisão.

Branco (2008) reforça a pertinência de se refletir sobre as condições estruturais e individuais da mudança social, de modo a compreender o processo de *empowerment*. Se este processo promove nas pessoas a capacidade de tomada de decisão que a nível individual, quer coletivo, a análise das suas aspirações, a influência dos fatores sociais e

características pessoais deve ser um foco de avaliação assim como o acesso aos recursos existentes no meio e a própria vontade na mudança. Quer a dimensão individual quer a dimensão coletiva tem influência direta nos processos de mudança. Este autor refere ainda um esquema que define as concepções de *empowerment* e o seu respetivo processo. O *self-empowerment*, focado no processo individual de mudança, com poder direto sobre a tomada de decisão sobre si e sobre a comunidade onde está inserido. A capacidade de agir, que se subdivide em pólo individual diretamente relacionado com as competências, o desejo de agir e a capacidade de promover um projeto e o pólo coletivo, relacionado como o acesso direto aos recursos sociais, à legislação em vigor e o contexto sociopolítico. O poder correspondendo diretamente à capacidade de associação entre a relação de forças e o acesso aos recursos sociais.

Pinto (2011), associa o *empowerment* a questões dos direitos, capacitação e participação. Deverá ocorrer um fortalecimento do acesso aos direitos e ao poder de participação dos indivíduos, grupos e comunidades. Esta visão mais participativa, associada à de fiscalização dos poderes estatais e dos grandes interesses económicos, favorecem tomadas de decisão e de luta contra as desigualdades. O desenvolvimento da capacidade dos indivíduos de participarem nas diversas dimensões como a vida social, política, cultural e económica, favorece uma distribuição mais equitativa dos recursos, assim como uma interação social mais consistente que poderá dar origem a uma redistribuição do poder.

Branco (2008) refere que processo de *empowerment* individual, comporta a participação, ou seja a capacidade individual de cada um dar a sua opinião participando em discussão de ideias e debates, participação nas tomadas de decisão. As competências práticas são igualmente focadas enquanto aquisição de conhecimentos que irão incrementar a capacidade não apenas para a participação, mas também para uma ação consistente. A consciência crítica, constituída pela consciência coletiva que ultrapassa o foco nos problemas individuais. A consciência social, que compreende uma visão onde os problemas estão diretamente relacionados com a organização social. A consciência política, revelando que a mudança e a solução dos problemas têm que comportar uma ação política. O autor identifica a autoestima como essencial num processo de *empowerment*, pois favorece uma identidade própria e a sua própria competência, assim como o reconhecimento da sua competência pelos outros.

O *empowerment* deverá ser olhado como a capacidade de cada ser humano agir segundo as suas próprias escolhas. A promoção de uma cidadania ativa deverá ser o foco de uma intervenção social para a mudança, com recurso a competências psicológicas, sócio culturais, políticas e económicas, assim poderá aumentar o controlo individual e comunitário, a eficácia política e a qualidade de vida.

Zimmerman (2000), analisa o *empowerment* a nível individual através das oportunidades de aprendizagem, de competências existentes, da tomada de decisão, da gestão dos recursos e do trabalho. A nível organizacional pela participação na tomada de decisão, pela partilha de responsabilidades e pela partilha de liderança. A nível comunitário pelo acesso aos recursos, pela estrutura de governação aberta e pela tolerância à diversidade. O *empowerment* enquanto resultado diz respeito às consequências do processo, a nível individual pode estar presente um sentimento de controlo, consciência crítica e comportamentos de participação. A nível organizacional surge uma competição eficaz pelos recursos existentes, no trabalho, na articulação com outras organizações e na influência política. A nível comunitário pode ser visível através de parcerias organizacionais, de liderança pluralista e de competências de participação dos residentes.

Refletindo sobre o comportamento dos jovens podemos constatar que o conceito de *empowerment* está diretamente relacionado com a vivência de uma cidadania ativa, as aprendizagens ao longo da vida facilitam o empoderamento no processo de construção de um projeto de vida e uma consciência real dos direitos e deveres. As experiências e os conhecimentos apreendidos são recursos que favorecem o desenvolvimento da autonomia e uma saudável integração em sociedade. A capacidade para analisar tomadas de decisão está associada à capacidade de lidar com todo o que afeta o próprio destino, é o próprio *empowerment*. Um jovem capaz é aquele dotado de confiança em si mesmo, que mobiliza conhecimentos e experiências para promover a resolução de uma determinada situação. A capacidade para saber ser e saber fazer gera assertividade, um gostar de si que desenvolve autoestima.

CAPÍTULO II – DIAGNÓSTICO SOCIAL

1. Plano de aprofundamento do diagnóstico social

“Planear é, antes de mais, pensar a mudança de uma determinada maneira. Trata-se desde logo de a pensar antes de ela acontecer, não apenas no sentido cognitivo da análise prospetiva, mas também no sentido prático da intervenção. Isto é, diz respeito não apenas à mobilização de conhecimento (técnico e científico) para prever o que vai mudar, mas também à definição de como deve mudar.” (Capucha, 2008:13)

Este planeamento de um projeto carece de um diagnóstico social e deve ocorrer numa das “fases iniciais e fundamentais do processo de intervenção social” (Ander-Egg, Idáñez, 2007: 16). O diagnóstico social é essencial, pois irá permitir compilar informação, de forma completa e precisa, facilitando a aquisição de um conhecimento real e concreto sobre uma determinada situação-problema, bem como identificar as suas causas e

evoluções. O início de um projeto está associado a um processo de identificação, caracterização e aprofundamento de diversas problemáticas, sendo esta a fase de arranque.

O diagnóstico tem o propósito de recolher, tratar e analisar informação essencial que irá possibilitar a caracterização o mais rigorosa possível de um determinado território ou entidade/organização, facilitando posteriormente o delinear de objetivos e metas a alcançar de acordo com a informação recolhida. Designado por vezes também como “análise de necessidades, é sempre definido como a identificação dos níveis de não correspondência entre o que está (a situação presente) e o que “deveria estar” (a situação desejada).” (MTS/SEEF, 1999, p. 6.3). O diagnóstico, pode portanto ser definido “como o aprofundamento das dinâmicas de mudança, potencialidades e obstáculos de uma determinada situação, sendo um processo permanente e sempre participado, pelo que está sempre inacabado. No entanto, vai tendo intensidades diferentes sendo inevitavelmente mais aprofundado –e mais extenso- na fase inicial de lançamento de um projeto e de definição do seu desenho para um horizonte determinado.” (MTS/SEEF, 1999, pp. 6.2-6.3)

Segundo Schiefer (2000), o diagnóstico pode ser olhado como uma análise de uma determinada situação, favorecendo a seleção dos diversos tipos de ação mais ajustados a um processo de mudança de algo já caracterizado e definido, geralmente desfavorável a um determinado território ou população específica. Capucha (2008), considera que um diagnóstico social deve favorecer uma correta caracterização de um determinado contexto e/ou população-alvo, identificar claramente o tipo de problema, a sua dimensão e intensidade. As problemáticas identificadas devem apresentar uma associação direta aos diversos atores envolvidos que serão contemplados no desenvolvimento do projeto (atores institucionais, associações, famílias, comunidades e outros profissionais). É igualmente de suma importância analisar a perceção que os diversos atores têm sobre os problemas, bem como as suas necessidades e interesses fomentando uma democracia participativa.

O diagnóstico deverá apresentar um carácter sistémico, interpretativo e prospetivo, pelo que deve ser suficientemente aprofundado, por forma a permitir explicar as causas dos problemas; sucinto, facilitando a leitura e a compreensão por todos; claro, para ser entendido pelos diversos atores envolvidos; limitado no tempo, de modo a evitar morosos trabalhos de recolha de informação que podem originar uma desmobilização dos atores envolvidas no processo; antecipativo, apresentando as tendências prováveis que os problemas podem seguir num determinado período. A elaboração do diagnóstico “assenta na compreensão do carácter sistémico da realidade (mesmo quando se faz um diagnóstico parcelar) e envolve uma relação de causalidade linear numa primeira fase

(identificação de problemas e suas causalidades) sendo mais global e integrado, numa segunda fase, quando o conhecimento das dinâmicas sociais surge de forma mais interativa.” (MTS/SEEF, 1999, p. 6.4)

Capucha (2008) e Guerra (2002) consideram que muito do sucesso de um determinado projeto pode depender do envolvimento dos vários atores ao longo de todo o processo de implementação e não apenas no decorrer da elaboração do diagnóstico social. O envolvimento dos diversos atores nas diferentes etapas de planeamento, execução e avaliação do projeto deve ser favorecido. Deve ocorrer uma análise e uma correta escolha dos métodos e técnicas a utilizar na fase de diagnóstico, a mesma deverá ser efetuada em função do contexto em que se realiza o diagnóstico, das características do grupo alvo, do tempo previsto, dos recursos financeiros e humanos disponíveis.

Para Robertis (2011: 109), “a avaliação diagnóstica é um procedimento operacional: resulta num projeto de intervenção; não é um objetivo em si, é um instrumento para melhor trabalhar”. O diagnóstico tem um cariz provisório, as mudanças numa determinada população, num determinado território ocorrem permanentemente.

Com o propósito de organizar e sistematizar os dados e resultados recolhidos e obtidos através do diagnóstico podemos recorrer a variadas técnicas como a “construção de árvores de problemas e ameaças”; “espinha de problemas e ameaças”; “espinha de oportunidades e recursos”, sendo que uma das mais utilizadas é a tabela de análise *SWOT*, a qual “permite sintetizar informação extraída numa matriz simples que a localize em função das limitações e potencialidades que vislumbre relativamente ao grupo, à situação social estudada” (Ander-Egg, Idáñez, 2007: 65) bem como delimitar uns aspetos e potencializar outros (sistematização das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças). Permite identificar prioridades de intervenção, face às problemáticas identificadas, tendo em conta os recursos e as forças existentes.” (Capucha, 2008)

Este diagnóstico social tem o propósito de espelhar a pertinência do projeto proposto através de uma caracterização fidedigna do território de intervenção. Esta caracterização assenta na recolha e análise de dados estatísticos. Através do processo de entrevista a diversos profissionais a intervir no território pretende-se identificar e caracterizar as necessidades e interesses, assim como as potencialidades da população residente e das respostas de cariz educativo, social, cultural e desportivo, existentes no território.

No diagnóstico social, a recolha e análise de dados estatísticos é feita através do recurso a dados disponibilizados pelo INE, PORDATA, ISS, IP – Centro Distrital de Setúbal, IEFP e Rede Social do concelho de Setúbal que caracterizam o concelho e o território onde o projeto irá incidir permitindo compreender características geográficas e demográficas.

Através dos dados estatísticos e da informação obtida através das entrevistas será possível identificar o perfil da população no território de intervenção, as problemáticas existentes e a sua dimensão, as necessidades a colmatar através da implementação do projeto.

A elaboração do diagnóstico social deverá contemplar a recolha e análise dos dados obtidos (dados estatísticos; observação e realização de entrevistas; análise das entrevistas), a elaboração de tabelas síntese dos dados, uma consistente caracterização da população-alvo, bem como das principais situações problema e necessidades existentes, uma análise SWOT e uma identificação clara das necessidades de intervenção e das estratégias a adotar em função das problemáticas identificadas na população a ser intervencionada pelo projeto.

2. Caraterização e análise do Concelho de Setúbal

O concelho de Setúbal, integra o Distrito de Setúbal e situa-se a cerca de 40 quilómetros de Lisboa, constituindo-se por cinco freguesias (Azeitão; Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra; Sado; S. Sebastião e União de Freguesias de Setúbal) com características urbanas e rurais.

A maioria da população concentra-se fundamentalmente na cidade, nas freguesias de S. Sebastião e União de Freguesias de Setúbal, apresentando as freguesias de Azeitão, Sado e Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra densidades populacionais significativamente baixas.

O concelho abrange uma área territorial de 230,3 km², com um nº de habitantes de 121,185 (censos 2011), em 2016 este nº reduziu para 117,380, sendo a densidade populacional (nº médio de indivíduos por km²) de 509,6 (PORDATA). A percentagem de jovens com menos de 15 anos em 2016 é de 15,8, a população ativa entre os 15 e os 64 anos é de 63,3 e os idosos com 65 e mais anos apresentam uma percentagem de 20,9, sendo o índice de envelhecimento (idosos por cada 100 jovens) de 132. A percentagem de população estrangeira residente é de 4,5 (PORDATA).

Figura 2.1. – Mapa do Concelho e Freguesias de Setúbal (2018)



Fonte: CMS

Quadro 2.1. – Caracterização populacional do Concelho de Setúbal (2016)

	população residente	superfície em km ²	densidade populacional (nº médio de indivíduos por km ²)	jovens (%) menos de 15 anos	população em idade ativa (%) dos 15 aos 64 anos	Idosos (%) 65 e mais anos	índice de envelhecimento (idosos por cada 100 jovens)	população estrangeira em % da população residente
2016	117,380	230,30	509,6	15,8	63,3	20,9	132,0	4,5

Fonte: PORDATA, 2018

Segundo dados do INE, em 2013 a taxa de crescimento efetivo (%) do concelho apresenta valores negativos de – 0,93, sendo a taxa bruta de natalidade (%) de 8,6. Os índices de dependência dos jovens (nº) são de 25,5 e dos idosos de 30,4¹. (INE, 2013)

Ao analisarmos dados referentes a características habitacionais, podemos constatar que em 2017 o número de edifícios de habitação familiar clássica (conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco de direito ou de facto entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento e também qualquer

¹ Anexo A - Indicadores Sociais – conceitos - Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal - CLAS

pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento) era de 24 650. Em 2011 o nº de bairros sociais no concelho era de 18, sendo que em 2012 o nº de edifícios de habitação social era de 456 e o nº de fogos de habitação social de 2 301. (INE)

Quadro 2.2. – Caraterização habitacional do Concelho de Setúbal (2017, 2012, 2011)

	edifícios de habitação familiar clássica (nº)	bairros sociais (nº)	edifícios de habitação social (nº)	fogos de habitação social (nº)
2017	24 650	X	X	X
2012	X	X	456	2 301
2011	X	18	X	X

Fonte: INE, 2018

A rede escolar do concelho de Setúbal integra estabelecimentos de educação e ensino das redes pública, privada e solidária. As escolas que integram a rede pública estão divididas em seis agrupamentos e três escolas secundárias com 3.º Ciclo do ensino básico não agrupadas. Em relação à educação pré-escolar pública, o concelho dispõe de 39 salas de atividades distribuídas por 16 jardins de infância. O 1.º Ciclo do ensino básico é lecionado em 33 escolas. Existem ainda quatro escolas básicas do 2.º e 3.º Ciclos, duas escolas com 2.º e 3.º Ciclos do ensino básico e ensino secundário e quatro escolas secundárias com 3.º Ciclo do ensino básico. A educação pré-escolar e o ensino básico são também ministradas em estabelecimentos de educação e ensino que constituem a rede privada e solidária. Compõem ainda a rede escolar três escolas profissionais e três estabelecimentos de ensino artístico. Relativamente ao ensino superior, este é representado pelo Instituto Politécnico de Setúbal, com quatro escolas superiores, e as universidades seniores. Segundo dados do INE, referentes ao ano letivo 2015/2016, a taxa bruta de pré-escolarização (%)² é de 81,8, sendo a taxa bruta de escolarização no ensino básico (%) de 112,3, do ensino secundário de 129,5 e no ensino superior de 39,4. (INE)

² Anexo A - Indicadores Sociais – conceitos - Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal - CLAS

No ano letivo de 2014/2015 e relativamente à proporção da população com o 3º ciclo do ensino básico (%) o valor é de 22,2, com o ensino secundário é de 19,6 e com o ensino superior de 16,2. Neste ano letivo é possível identificar uma taxa de alfabetismo (%)³ de 4,3, de abandono escolar (%)⁴ de 2,5 e de retenção e desistência do ensino básico regular (%)⁵ de 10,3. (INE)

Quadro 2.3. – Caraterização educacional do Concelho de Setúbal (2014/2015; 2015/2016)

	taxa bruta de pré-escolarização (%)	taxa bruta de escolarização ensino básico (%)	taxa bruta de escolarização ensino secundário (%)	taxa bruta de escolarização ensino superior (%)	taxa de analfabetismo (%)	taxa de abandono escolar (%)	taxa de retenção e desistência do ensino regular (%)
2014/2015	X	X	X	X	4,3	2,5	10,3
2015/2016	81,8	112,3	129,5	39,4	X	X	X

Fonte: INE, 2018

Analisando o emprego/desemprego registado no concelho e segundo dados do INE (2015), a taxa de desemprego apresentava à data uma percentagem de 15,6 e a taxa de emprego era de 54,2⁶. Relativamente ao desemprego no concelho, segundo o grupo etário podemos constatar que, em junho de 2018, estavam inscritos no Centro de Emprego de Setúbal, como desempregados 331 indivíduos com menos de 25 anos, 706 entre 25 e 34 anos, 1627 com idades compreendidas entre 35 e 54 anos e com 55 ou mais anos o nº é de 3789 indivíduos. (Instituto de Emprego e formação Profissional, 2018)

Relativamente ao desemprego registado no concelho segundo os níveis de escolaridade, podemos constatar que em junho de 2018, 318 dos indivíduos inscritos como desempregados no Centro de Emprego de Setúbal, têm um nível escolar inferior ao 1º ciclo do ensino básico, 479 têm o 1º ciclo do ensino básico, 492 possuem o 2º ciclo,

³ Anexo A - Indicadores Sociais – conceitos - Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal - CLAS

⁴ Anexo A - Indicadores Sociais – conceitos - Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal - CLAS

⁵ Anexo A - Indicadores Sociais – conceitos - Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal - CLAS

⁶ Anexo A - Indicadores Sociais – conceitos - Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal - CLAS

911 o 3º ciclo do ensino básico, 1135 atingiram o nível secundário e 454 o ensino superior.

Analisando o desemprego no concelho segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego, podemos constatar, nos dados referentes a junho de 2018, que o nº de inscritos no centro de emprego de Setúbal é de 1652 homens e 2137 mulheres. 2202 indivíduos estão inscritos à menos de 1 ano e 1587 à 1 ano ou mais. 325 indivíduos estão inscritos como à procura de 1º emprego e 3464 à procura de novo emprego. (Instituto de Emprego e formação Profissional, 2018)

Quadro 2.4. – Caraterização emprego/desemprego do Concelho de Setúbal – faixa etária; tempo de inscrição (2018)

	desempregados (nº) <25 anos	desempregados (nº) 25-34 anos	desempregados (nº) 35-54 anos	desempregados (nº) 55 anos e +	género homens	género mulheres	tempo inscrição <1 ano	tempo inscrição 1 ano e +
06/ 2018	331	706	1627	1125	1652	2137	2202	1587

Fonte: IEFP, 2018

Quadro 2.5– Caraterização emprego/desemprego do Concelho de Setúbal – nível escolar; situação face à procura de emprego (2018)

	nível escolar <1º ciclo EB	nível escolar 1º ciclo EB	nível escolar 2º ciclo EB	nível escolar 3º ciclo EB +	nível escolar secundário	nível escolar superior	situação face à procura emprego – 1º emprego	situação face à procura emprego – novo emprego
06/ 2018	318	479	492	911	1135	454	325	3464

Fonte: IEFP, 2018

No concelho de Setúbal existem diversos recursos de resposta às necessidades dos cidadãos, de acordo com as suas especificidades de cariz social, psicológico, económico, cultural, educacional, entre outros. De acordo com as informações facultadas pela Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal – CLAS, dados compilados pelo ISS, IP – CDIST de Setúbal, foi possível fazer um levantamento dos recursos e das respostas que existem no âmbito da intervenção social concelhia em finais de 2016.

Analisando estes recursos e equipamentos de intervenção social, podemos constatar que o programa de emergência alimentar é assegurado por 7 Instituições com protocolo com uma média diária de 570 refeições. Relativamente à RNCCI - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, 3 entidades integram esta rede com uma resposta ao nível da UMDR, ULDM, UCP e UC, num total de 149 camas. A rede solidária é composta 37 instituições com acordos de cooperação, sendo o nº de respostas sociais de 129, abrangendo um total de 6.200 utentes. A rede privada de ação social é composta por 20 equipamentos na área de infância e 19 na área de idosos, num total de 39. (Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal, 2016)

Analisando os indivíduos beneficiários do subsídio de desemprego, podemos constatar que em 2017, o nº total era de 2 286, sendo que 1.221 são do sexo feminino e 1.065 do sexo masculino. O maior nº de beneficiários por faixa etária situa-se entre os 40-44 anos com 322, seguido do escalão etário dos 55-59 anos com 315 e com valores bastante aproximados a faixa etária dos 35-39 anos com um total de 295. A freguesia onde se verifica um maior nº de beneficiários é a de S. Sebastião com 1.077, sendo o total de 2.286. O subsídio social de desemprego apresenta um total de 192 beneficiários, destes 116 são mulheres e 76 são homens. Também se verifica que a freguesia de S. Sebastião apresenta o maior nº de beneficiários desta prestação com 110 indivíduos num total de 192. (Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal, 2016)

Em relação aos beneficiários do rendimento social de inserção, os dados de dezembro de 2016 demonstram um total de 2,459, sendo 1,264 do sexo feminino e 1,195 do sexo masculino, estes valores equivalem a 3,5% da população residente. Relativamente ao escalão etário 913 indivíduos beneficiários possuem menos de 18 anos, 179 entre 35-39 anos e o mesmo número têm entre 50-54 anos. Analisando estes dados por freguesia, do total de 2,459 indivíduos, 1,718 residem na freguesia de S. sebastião. (Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal, 2016)

Analisando dados do ISS, IP, referentes ao distrito de Setúbal, o nº de famílias com processamento de rendimento social de inserção em 2017 é de 11,517, estes valores apresentam um decréscimo desde 2014. O nº de beneficiários desta prestação é de 24,714, sendo o 3º distrito com maior nº de atribuições.⁷ (ISS, IP, 2017)

O complemento solidário para idosos, foi em dezembro de 2016 atribuído a 1,604 beneficiários, sendo que 1,110 são do sexo feminino e 494 do sexo masculino. Igualmente verificamos que a freguesia de S. Sebastião apresenta um nº bastante significativo de beneficiários, de 754.

⁷ Anexo B - Dados Anuais de RSI – 2004-2017 - ISS, IP

3. Caraterização e análise do território de intervenção do Projeto

O território de intervenção do projeto fica situado na freguesia de S. Sebastião. Esta é uma das 5 freguesias do concelho, com uma área de 19,64 km², é a 6^a mais populosa do país com 52 542 habitantes (Censos, 2011) e tem uma densidade populacional de 2 675,3 hab/km². S. Sebastião engloba os bairros de S. Domingos, Bairro Conceição, Bairro Santos Nicolau, Bairro Humberto Delgado, Terroa, Bairro do Peixe Frito, Manteigada, Bairro Fonte do Lavra, Monte Belo Norte e Sul, Azeda e Nova Azeda, Tebaida, Baptista, Pinheirinhos, Camarinha, Palhais, Dias, Fontainhas, Fumeiros, Hortas e Bela Vista. Esta freguesia caracteriza-se por ser um espaço de convivialidade intercultural e interétnica que representa, mais de 48% da população do concelho, sendo um território de impacto/tensão permanente da expansão urbana versus a existência de bairros sociais (2 de Abril, 20 de Julho, Bela Vista, 25 de Abril) e de projetos PER (Afonso Costa e Manteigada).

Quadro 3.1– Caraterização populacional da freguesia de S. Sebastião (2018)

População da freguesia de Setúbal (São Sebastião)														
1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
3 482	4 833	5 669	6 577	9 611	14 222	18 398	18 424	23 832	24 664	31 539	48 912	47 058	52 814	52 542

Fonte: INE, 2018

Quadro 3.2– Caraterização populacional da freguesia de S. Sebastião – distribuição por grupos etários (2018)

Distribuição da População por Grupos Etários									
Ano	0-14 Anos	15-24 Anos	25-64 Anos	> 65 Anos		0-14 Anos	15-24 Anos	25-64 Anos	> 65 Anos
2001	9 212	8 053	29 216	6 333		17,4%	15,2%	55,3%	12,0%
2011	9 134	5 752	29 600	8 056		17,4%	10,9%	56,3%	15,3%

Fonte: INE, 2018

Nesta freguesia existem diversos recursos de resposta às necessidades dos cidadãos, são 57 as entidades que desenvolvem uma intervenção de cariz associativo, social, cultural e desportivo. Ao nível educacional existem neste território 3 escolas básicas 2,3 e secundário e 11 escolas de 1º ciclo.

Em 2011 existiam no Concelho de Setúbal 48 328 famílias clássicas, que representam 15,5% das famílias clássicas existentes em Portugal. A freguesia que regista um maior número de famílias clássicas é a de São Sebastião pela densidade populacional. A realidade em 2011 continua a demonstrar que os núcleos familiares monoparentais são maioritariamente femininos, de mães com filhos, representando 86,7% da totalidade dos núcleos familiares monoparentais nacionais. A freguesia de São Sebastião concentra a grande maioria dos núcleos familiares monoparentais com 48,1%. De realçar a quantidade de núcleos familiares monoparentais que não apresentam uma fonte regular de rendimento (400 desempregados e 972 sem atividade económica, homens e mulheres). (INE,2018)

Quadro 3.3– Núcleos familiares monoparentais (N.º) por tipo de núcleo familiar com base na condição perante o trabalho, por Freguesia (2018)

Local de residência	Pai com filhos			Mãe com filhos			Total
	empregado	desempregado	Sem atividade económica	empregada	desempregada	Sem atividade económica	
Concelho Setúbal	486	93	293	3023	609	1712	6216
S. Sebastião	208	46	141	1409	354	831	2989
União Freguesias de Setúbal	147	33	108	1068	166	585	2102
Gâmbia-pontes-alto da guerra	19	2	11	97	12	52	193
Sado	25	2	10	102	17	57	213
União Freguesias de Azeitão	87	10	28	347	60	187	719

Fonte: INE, 2018

Dados do INE (2018) demonstram um aumento de 1,8 pontos percentuais na população com nacionalidade estrangeira entre 2001 e 2011, no concelho de Setúbal, sendo este superior ao registado na Península de Setúbal (1,5 pontos percentuais) e no país (1,2 pontos percentuais). A freguesia de S. Sebastião é a que apresenta o maior nº de população estrangeira residente no concelho. (INE,2018)

Quadro 3.4– População residente com nacionalidade estrangeira por País – Concelho e freguesia (valor absoluto nº) – Censos 2011 (2018)

Residência	União europeia 27	Países europeus não pertencentes à união europeia	Angola	Cabo verde	Outros países África
Setúbal (concelho)	842	789	547	578	259
Freguesia S. Sebastião	294	330	380	454	150

Residência	Brasil	Outros países América	China	Outros países Ásia	Outros países
Setúbal (concelho)	2963	46	171	64	2
Freguesia S. Sebastião	1492	18	50	26	2

Fonte: INE, 2018

O bairro da Bela Vista está integrado na zona alta da cidade de Setúbal. Este bairro foi planificado no âmbito do Plano de Fomento, datado de 1969/1970, associado à expansão industrial da península (instalação e ampliação da indústria metalomecânica, naval e papaleira).

No pós-revolução, a pressão para a disponibilização de habitação levou à elaboração do projeto do bairro num curto espaço de tempo (decisão em Setembro de 1974 e início de construção em meados de 1976). A solução arquitetónica, prevendo galerias e fogos com tipologias T2 e T3, foi transposta de um modelo pensado para outro bairro completamente distinto, localizado em Aveiro.

A estrutura dos blocos de habitação contemplam pátios interiores e responde à necessidade de salvaguarda de espaços destinados ao uso coletivo e à instalação de equipamentos, a serem vivenciados pelos moradores o que nunca chegou a ocorrer. O bairro foi programado para alojar operários e quadros técnicos industriais. Contudo, a partir de 1978 terá recebido população com outras características, transformando-se numa espécie de “espaço das populações pobres” da cidade de Setúbal. A maioria dos operários, muitos dos retornados e quase todos os quadros técnicos começaram a sair. O processo de integração das diferentes culturas e etnias não foi devidamente acompanhado e as sucessivas gestões camarárias (desde 1976) terão utilizado o bairro nas campanhas eleitorais como volante, reclamando a sua passagem para o domínio autárquico, sem uma subscrição dos protocolos previamente preparados entre Câmara e Administração Central, com o apoio do projetista. Verificou-se então uma quase ausência total de gestão e manutenção durante quase 30 anos.

O bairro foi transferido para a Câmara Municipal de Setúbal em 1996, sem que quase não tivessem ocorrido obras de manutenção e com um grande volume de rendas em atraso. Em 2001, a Câmara Municipal de Setúbal aderiu ao PROQUAL (Programa de Requalificação das Áreas Suburbanas das Área Metropolitana de Lisboa), foram traçadas as linhas gerais da intervenção, direcionadas para a recuperação dos edifícios, construção de equipamentos sociais e criação de zonas de lazer, mas em 2003, devido a problemas de raiz política e financeira, o PROQUAL de Setúbal foi amputado de grande parte das suas verbas, o que inviabilizou cerca de 75% das intervenções previstas.

Segundo dados publicados pela Câmara Municipal de Setúbal (2007), o bairro da Bela Vista é um bairro onde os moradores têm em média 34 anos, sendo a dimensão média das famílias de 3, 4 pessoas por agregado familiar. Aquando da publicação destes dados constatou-se que um em cada quatro moradores não tinha concluído o 1º ciclo e destes, 10% não sabiam ler nem escrever. Apenas 5,5% tinham o ensino secundário concluído e 1% licenciatura. (Estudo aos modos de vida da população do bairro da Bela Vista – CMS, 2007)

Ainda no referido estudo (2007), a taxa de desemprego era de 28,7%, quatro vezes a média nacional. Muitos dos moradores estão integrados em respostas laborais ocasionais, entrando no mercado de trabalho muito cedo, o que está associado a uma rutura ainda precoce com o sistema educativo. A pobreza abrangia um pouco mais de metade dos moradores do bairro (53,2%), sendo mais observada nas famílias com filhos menores. Os resultados deste estudo referem que as problemáticas sociais que afetam as famílias deste bairro estão associadas à pobreza, desemprego, emprego precário, baixos salários e baixa escolaridade, abandono escolar precoce, insucesso escolar e problemas de saúde com foco nas doenças crónicas. (Estudo aos modos de vida da população do bairro da Bela Vista – CMS, 2007)

Presentemente, segundo dados facultados pela equipa que acompanha os beneficiários de rendimento social de inserção no território, em julho de 2018, 224 famílias são beneficiárias, sendo que deste total 50 são monoparentais. O número de indivíduos é de 729. Deste total de indivíduos 238 têm entre 6 e 17 anos, 329 entre 18 e 55 anos e menores de 6 anos são 84.

Os inquiridos no Estudo aos modos de vida da população do bairro da Bela Vista – CMS (2007), referem ainda problemáticas relacionadas com a abundância de lixo na via pública, excesso de barulho à noite, sentimento de insegurança, degradação dos edifícios, falta de civismo dos moradores.

Os jovens inquiridos neste estudo, denotavam uma atitude de ambivalência. Se, por um lado, 3 em 4 jovens disseram gostar de morar no bairro, apesar dos problemas que lhe reconhecem, por outro lado, mais de metade admitiu que preferiam deixar o bairro no futuro. Este desejo de saída é maior entre os jovens próximos da idade adulta, precisamente aqueles que também demonstram maior pessimismo em relação ao futuro do bairro.

Presentemente neste território, o número de jovens entre os 18 e os 30 anos, beneficiários do rendimento social de inserção é de 105. (dados facultados pela equipa de RSI, julho 2018)

No perímetro urbano do bairro está integrada uma escola básica de 1º ciclo com jardim de infância e uma escola básica de 2º, 3º ciclo e secundário. O insucesso, absentismo e abandono escolar são uma realidade presente no bairro, tendo vindo a ser adotadas estratégias de encaminhamento para respostas alternativas de modo a aumentar o nº de jovens que transita para o ensino secundário. Estes fatores têm influência direta na precária ou inexistente inserção no mercado de trabalho. As dificuldades de aprendizagem, o estudo não acompanhado e o pouco investimento da família na educação são igualmente fatores que contribuem para percursos escolares mais reduzidos e condicionantes no acesso ao mercado de trabalho.

Dados facultados pela CPCJ de Setúbal (junho, 2018) demonstram a existência de 477 processos ativos no concelho, com foco nas problemáticas relacionadas com negligência, absentismo e abandono escolar, exposição a situações de risco e um aumento de jovens que assumem comportamentos que colocam em risco o seu bem estar. Relativamente ao território em causa e analisando apenas as famílias beneficiárias de RSI, 11 estão sinalizadas na CPCJ com processo ativo e 10 famílias estão a ser acompanhadas pela EMAT. Dos 105 jovens beneficiários de RSI entre os 18 e os 30 anos, 5 ainda não concluíram o 1º ciclo, 24 possuem o 1º ciclo, 35 concluíram o 2º ciclo 26 o 3º ciclo. Apenas 5,7% têm o 12º ano.

Os dados facultados pelo AEOS, referentes do relatório escolar (ano letivo 2017/2018), evidenciam um nº de alunos (186) do ensino regular (1º, 2º e 3º ciclo) com insucesso escolar. De referenciar também os casos de absentismo (237) e abandono escolar (29).

A maioria das instituições sediadas no bairro da Bela Vista, já têm um percurso mais ou menos longo de intervenção. A intervenção é diversificada, existindo atividades direcionadas para as crianças e jovens, associações de cariz cultural e desportivo. Os moradores podem ter acesso a uma alargada diversidade de atividades dirigidas a diversas faixas etárias. Intervêm no território entidades na área da infância, crianças e jovens.

No Estudo aos modos de vida da população do bairro da Bela Vista – CMS (2007), foi possível constatar que 89% dos agregados afirmaram não utilizar os serviços das instituições sedeadas no bairro, não fazendo referencia às entidades públicas como escolas, Câmara Municipal de Setúbal e PSP. As instituições reconhecem a necessidade de construção de uma política de parcerias orientada para objetivos convergentes e amplos, reforçando o trabalho em rede.

4. Apresentação dos principais resultados obtidos através de entrevistas

De modo a incrementar os dados estatísticos recolhidos, que permitiram caraterizar o concelho, a freguesia e o território de intervenção do projeto, foram ainda realizadas 6 entrevistas a técnicos de entidades públicas e privadas sediadas no bairro. Estas entrevistas⁸ tiveram como objetivo recolher as perspetivas que os técnicos têm da escola, do local/comunidade, da relação entre escola e o local/comunidade, como o seu trabalho é condicionado/orientado pelas características do território e a necessidade de introduzir mudanças nesta relação entre a escola, a comunidade e as diversas entidades de modo

⁸ Anexo c - Guião de entrevista

a favorecer a capacitação e a empregabilidade futura das crianças e dos jovens. A “informação recolhida através de questões em entrevista podem ser úteis para detetar e definir as forças e fraquezas da comunidade, o nível de envolvimento dos membros de uma dada comunidade e como vêm a sua própria participação na comunidade” (Healy, 2012:187).

As entrevistas foram realizadas no período de 20 de Abril a 30 de Maio, nas diversas entidades onde os técnicos exercem funções. Mediante a autorização⁹ dos participantes, foram gravadas em áudio e duraram, em média cerca de sessenta minutos. Após a transcrição integral dos discursos dos entrevistados, foram elaboradas grelhas de análise temática. A análise destas entrevistas foi efetuada mediante parâmetros de categorização por temas de resposta, 6 temas.¹⁰

Relativamente às problemáticas que afetam as crianças e os jovens no território (tema I), a maioria das entrevistadas focam razões semelhantes, nomeadamente questões relacionadas com a carência económica dos agregados familiares, o absentismo, abandono e insucesso escolar em muitos dos alunos devido a dificuldades de aprendizagem. Uma das técnicas refere a carência económica como influenciadora evidente nos hábitos de saúde, higiene e alimentares. O contexto familiar e ambiental é referido como uma problemática, nomeadamente a negligência parental.

(...) o insucesso escolar e o absentismo escolar nos jovens, (...) com o aumento da faixa etária para além do insucesso começa a ser notório o aumento do absentismo, (...) vão ao espaço escolar, mas não entram na sala de aula. (Técnica B, maio 2018)

Em relação às causas do insucesso, absentismo e abandono escolar existentes no território (tema II), as profissionais a intervir no terreno, apontam a desresponsabilização parental perante os menores e a escola como um dos fatores preponderantes, assim como uma evidente desvalorização do papel da escola. É também referenciada a dificuldade aparente de muitas crianças e jovens em valorizarem as aprendizagens escolares como um contributo para uma futura integração profissional. A carência económica de muitos dos agregados familiares e questões culturais são também referidas como causas promotoras do insucesso, absentismo e abandono escolar. Uma das entrevistadas referencia também a incapacidade de muitos dos educadores para ajudar os menores no percurso escolar e na articulação com a escola, devido a muitos deles terem uma baixa escolaridade. Outra das entrevistadas refere o desinteresse das

⁹ Anexo D - Declaração Consentimento Informado, Livre e Esclarecido

¹⁰ Anexo E – Síntese da análise das entrevistas

crianças e dos jovens perante as temáticas abordadas nas diversas disciplinas. As dificuldades de aprendizagem são igualmente referenciadas como promotoras destas problemáticas. Algumas das entrevistadas constataam um discurso por parte dos jovens que evidencia uma ausência de perspetivas futuras.

(...) as famílias, ocupadas ou não com a sua vida profissional, não valorizam a vida escolar das crianças e dos jovens, não vão à escola, não comparecem nas reuniões, não questionam as avaliações. (Técnica A, maio 2018)

(...) a falta de identificação com a escola. (...) apesar de serem notórias as melhorias, as questões culturais ainda promovem o abandono escolar precoce. (Técnica F, julho 2018)

Relativamente às causas da desocupação das crianças e dos jovens fora do horário escolar e formativo (tema III), as técnicas entrevistadas identificam a desvalorização das famílias, das crianças e dos jovens pelas respostas existentes no território, sendo que estas respostas requerem o cumprimento de regras e regularidade de participação difíceis de assumir por muitos dos encarregados de educação. Também foi referido que a escola proporciona algumas atividades extra curriculares que preenchem a quase totalidade do dia da criança e do jovem o que limita a integração noutra tipologia de respostas. Muitas das crianças e dos jovens, apenas equacionam o futebol como atividade que ocupa a totalidade do tempo fora do horário escolar, não se identificando com as atividades que as entidades desenvolvem. Algumas das entrevistadas também sinalizam questões culturais como uma condicionante à integração nas respostas extra escola favorecendo o contexto de rua. Por último foi ainda referido a excessiva carga horária escolar, que desmotiva a integração noutras atividades no final do dia.

(...) por vezes questões culturais favorecem a desvalorização de outras atividades fora do contexto escolar. (Técnica C, junho 2018)

(...) as dinâmicas familiares condicionam, mas também é notório um desinteresse das famílias pela aquisição de outras aprendizagens fora do contexto escolar (...) e as questões culturais (...) (Técnica D, julho 2018)

Analisando as atitudes das crianças e dos jovens e o envolvimento das famílias perante o percurso escolar e formativo (tema IV), é referido pelas técnicas, um discurso das crianças e dos jovens que demonstra uma ausência de perspetivas futuras e por parte das famílias, um discurso de culpabilização da escola pelo insucesso escolar e por

problemas comportamentais, não assumindo uma postura de motivação, nem recorrendo ao apoio das entidades sediadas no território, para esse efeito. É também referido por uma das entrevistadas que algumas das famílias demonstram valorizar a integração no contexto formativo mediante o pagamento de uma bolsa de formação, sendo muitas destas, famílias dependentes de apoios sociais que desvalorizam uma integração profissional futura. Também podemos constatar que algumas das entrevistadas verbalizam que, o número de jovens que concluem o ensino secundário aumentou e alguns iniciam um processo de procura de emprego inclusive noutros países. Também nesta categoria é novamente referenciado a dificuldade das crianças e dos jovens em associar as aprendizagens escolares ao desempenho de uma profissão futura, assim como questões culturais que também influenciam as atitudes assumidas. Algumas das entrevistadas consideram que as diversas entidades a intervir no território têm que adotar outras estratégias para favorecer as aprendizagens e motivar os educadores para uma parceria efetiva entre todos os envolvidos nos processos de aprendizagem das crianças e dos jovens.

(...) muitos dos jovens não dão grande importância ao percurso escolar e formativo por falta de ambição e as famílias favorecem estas atitudes, pois muitos abandonaram precocemente a escola. (Técnica D, julho 2018)

Analisando as razões da não integração dos jovens deste território em contexto laboral (tema V), foi identificado como uma das causas, o facto de alguns destes jovens estarem integrados em famílias dependentes de apoios sociais, verificando-se uma reprodução das trajetórias de desvalorização do trabalho como fonte de rendimento. A baixa escolaridade, as poucas ofertas laborais e uma aparente dificuldade em compreenderem as exigências do contexto laboral são igualmente identificadas como razões da não integração. Algumas das entrevistadas referem que a pouca oferta formativa condiciona a aquisição de competências tecnológicas e consequentemente a integração laboral. Novamente as questões culturais são identificadas como uma condicionante.

(...) a principal é certamente a baixa escolaridade, e falta de motivação para integrar o contexto laboral, (...) é importante trabalhar com as crianças e os jovens componente mais práticas e menos teóricas que valorizem o trabalho. (Técnica E, julho 2018)

Relativamente à questão colocada sobre que medidas e/ou ações deveriam ser implementadas neste território, junto das crianças e dos jovens de modo a, futuramente

minimizar situações de não integração profissional (tema VI), as respostas dadas pelas técnicas entrevistadas focam a necessidade de promoção de respostas de continuidade que foquem a importância da integração profissional como medida de inclusão social. As ações deverão ter um cariz regular, intervindo o mais precocemente possível, favorecendo e valorizando o emprego como fulcral para uma real inclusão social. Uma das entrevistadas foca a necessidade de redução do horário escolar para que as crianças e os jovens pudessem frequentar noutras entidades, outro tipo de atividades que complementassem as aprendizagens escolares. As entrevistadas apresentam um discurso similar, sinalizando a necessidade de se favorecer o conhecimento do saber-ser e saber – fazer. Estas atividades deverão apresentar uma componente mais prática e dinâmica e complementarem as aprendizagens escolares. Também foi verbalizado a necessidade de implementar respostas mais personalizadas às necessidades do território. A maioria das entrevistadas refere a necessidade de implementação de respostas de continuidade de modo a favorecer o processo de mudança.

(...) reajustar as respostas formativas de modo a irmos ao encontro dos gostos e dos interesses dos jovens. (...) promover estratégias que precocemente valorizem o trabalho como forma de sustentabilidade. (Técnica D, julho 2018)

5. Análise SWOT

Recorrendo ao modelo SWOT (Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats) como referencia, podemos olhar a realidade do território em análise e compreender os fatores internos e externos influenciadores. O delinear de um projeto de intervenção passa por clarificar e compreender quais as forças e as fraquezas que vamos encontrar num determinado território, assim como as oportunidades e as ameaças que poderão afetar o resultado de uma intervenção no terreno.

Segundo Teixeira (1998), a análise SWOT surge como uma ferramenta que permite reunir os vários aspetos referentes ao ambiente interno e externo de uma determinada organização ou território, através da apresentação de pontos fortes e fracos relativamente ao ambiente interno e, oportunidades e ameaças relativamente ao ambiente externo.

Quadro 5.1– Análise SWOT do Bairro Bela

Strenghts Forças	- População jovem; - Aumento da participação cívica; - Diminuição do estigma associado ao bairro; - Maior envolvimento do tecido associativo local; - Desejo de inserção no mercado de trabalho por parte dos jovens; - Acesso à internet disseminado entre os jovens.
Weaknesses Fraquezas	- Pobreza; - Desemprego/ emprego precário; - Baixos salários; - Baixo nível de escolarização; - Insucesso escolar; - Abando escolar precoce; - Fraca supervisão parental; - Desadequação das respostas formativas em função dos níveis de escolaridade.
Opportunities Oportunidades	- Disponibilidade das Instituições para uma maior cooperação; - Disponibilidade das entidades públicas e privadas para acolherem novos projetos; - Adaptação dos currículos às competências dos alunos.
Threaths Ameaças	- Resignação; - Reprodução cíclica de trajetórias de pobreza e exclusão social; - Desadequação de algumas das respostas às necessidades específicas da população com reflexos na capacidade de resolução das problemáticas.

Fonte: Própria, 2018

6. Identificação de boas práticas nacionais e internacionais de inspiração à proposta de projeto – *benchmarkink*

Certo é que o desemprego jovem é uma temática cada vez mais abordada nomeadamente em termos políticos e sociais, tendo vindo a ser refletidas e

implementadas respostas que poderão favorecer a diminuição das estatísticas. Dados facultados pelo INE (agosto,2018) evidenciam que a taxa de desemprego dos cidadãos entre 15 e 24 anos diminuiu 2,5 pontos percentuais do primeiro para o segundo trimestre deste ano, situando-se nos 19,4%. No entanto, ainda podemos constatar que um em cada cinco jovens está desempregado.

Podemos ainda constatar que os jovens "nem-nem" - ou seja, que não estão empregados nem estão integrados em respostas educativas e/ou formativas, representam 8,9% dos jovens entre os 15 e os 34 anos.

Com o propósito de favorecer a aquisição de competências pessoais e sociais, incrementando a capacitação dos jovens de modo a favorecer a integração profissional destes, vários projetos têm vindo a ser desenvolvidos por diversas entidades e trabalhadores sociais, e que servem de inspiração e orientação para novos projetos que poderão vir a ser implementados em territórios específicos.

A Junior Achievement Portugal é uma organização sem fins lucrativos, criada em Setembro de 2005. É a congénere portuguesa da Junior Achievement, uma organização mundial de educação para o empreendedorismo. A Junior Achievement foi criada em 1919 nos E.U.A. Em 1963, a organização lança um centro de operações regional na Europa, a Junior Achievement Europe (JA Europe). Através de uma rede de voluntários e professores na Europa e no mundo, a JA fornece programas escolares e extra escolares para alunos dos 6 aos 25 anos. Está presente em 122 países, dos quais 39 são na Europa e chega a mais de 10 milhões de alunos, dos quais 3 milhões são Europeus.

A JA Portugal tem como objetivo uma intervenção direta com crianças e jovens favorecendo a aquisição de competências para o sucesso numa economia global através de experiências transformadoras com base em três pilares fundamentais - cidadania e literacia financeira, educação para o empreendedorismo e competências para a empregabilidade. A intervenção é dinamizada em todos os níveis de ensino, de modo a favorecer uma educação empreendedora. A metodologia desenvolvida no percurso académico das crianças e dos jovens, pretende assegurar o desenvolvimento contínuo de competências empreendedoras, de preparação para o mercado de trabalho e de literacia financeira.

As competências são trabalhadas através de cinco programas dirigidos a crianças e jovens desde o ensino básico ao secundário. O programa - a família é dirigido a alunos do 1º ano com idades entre os 6-7 anos. Durante as sessões os alunos vão identificar o que é uma família, quais as relações e interdependências entre os membros da família, o que são necessidades e desejos, e que tipos de emprego os membros da família têm. O programa - a comunidade é dirigido a alunos do 2º ano com idades entre os 7-8 anos. Durante as sessões os alunos vão identificar, o que é uma comunidade,

como funcionam os negócios dentro de uma comunidade, qual o papel do estado/governo, que serviços existem para o bem-estar dos seus cidadãos, e que profissões existem no seio de uma comunidade. O programa - europa e eu, é para alunos do 5º e 6º anos com idades entre os 10-12 anos. Os alunos vão explorar a relação entre os recursos naturais, humanos e de capital encontrados em diferentes países e explorar os negócios europeus que produzem bens e serviços para os consumidores. O programa -é o meu negócio é dinamizado com alunos do 7º e 8º anos com idades entre os 13-15 anos. Pretendesse que os alunos consigam identificar e compreender conceitos de empreendedorismo, com ênfase nos estudos sociais, leitura e escrita. Os alunos são incentivados a usar o pensamento crítico para aprenderem algumas competências empreendedoras que suportam atitudes positivas, enquanto exploram as suas aspirações de carreira e apreendem conceitos de negócio. O programa - economia para o sucesso é dirigido a alunos do 9º ano com idades entre os 13-15 anos. Este programa fornece informação prática sobre finanças pessoais e sobre a importância de identificar objetivos de educação e carreira baseados em interesses, valores e qualidades dos alunos.

A GesEntrepreneur – Empreendedorismo Sustentável, Lda é uma empresa dedicada à formação e educação de empreendedorismo. Os projetos desenvolvidos por esta entidade, têm por base numa metodologia pedagógica centrada nos alunos/formandos, em que estes constroem o seu conhecimento através da participação em diferentes atividades. A GesEntrepreneur tem vindo a desenvolver a sua atuação no mercado nacional desde há oito anos, estando também presente na América Latina, África, Europa e Ásia.

Esta entidade tem como missão apostar na educação e formação como forma de promover uma cultura empreendedora em diferentes contextos, incentivando o desenvolvimento económico e social. A GesEntrepreneur trabalha com os professores/formadores procurando desenvolver projetos inovadores e conteúdos relevantes para os alunos. Os conteúdos desenvolvidos defendem que o espírito empreendedor deve ser estimulado logo desde os primeiros anos escolares, para que esse desenvolvimento ocorra de uma forma crescente e para que o tema do empreendedorismo faça parte da cultura escolar.

O programa destinado a alunos do 1º Ciclo, designa-se por “Aventura do Gaspar” e conta a história de um personagem, com o qual se pretende que os alunos se identifiquem e que vive diferentes aventuras que vão sendo relatadas aos alunos durante o ano. Essas aventuras passam-se em diferentes contextos e envolvem diferentes amigos e personagens que ao longo do ano se vão tornando familiares aos alunos. Esta identificação com os personagens motiva os alunos e entusiasma-os a

participar no projeto. Este programa engloba diversas atividades, que seguem uma complexidade crescente e um percurso previamente definido, com foco em temas como o perfil empreendedor, criatividade, comunicação e alfabetização financeira.

O programa para o 2º ciclo visa dar continuidade ao trabalho iniciado no 1º ciclo, e foca-se por isso no desenvolvimento de atitudes, impulsiona a criação de ideias e projetos e aposta na dinâmica de grupo e no desenvolvimento de projetos de turma, que promovam a interação e responsabilidade dos alunos. Os professores irão trabalhar com os alunos num projeto ou ideia que possa ser apresentado na Feira do Empreendedorismo Júnior.

O programa destinado a alunos do 3º ciclo, pretende que os alunos tenham um contacto mais próximo com as ideias e oportunidades de negócio e que compreendam o que é uma empresa e como é que a mesma surge e se organiza. As competências são trabalhadas com os alunos com o propósito de estes serem capazes de criar uma ideia, desenvolverem produtos/serviços definirem uma estratégia, saberem dividir funções e responsabilidades, realizarem diferentes iniciativas, divulgarem o projeto à comunidade, e aprenderem estratégias de como colocar o produto/serviço no mercado.

CAPÍTULO III – DESENHO DO PROJETO

1. Denominação do projeto

A denominação do projeto é “Run To Job– projeto de promoção da capacitação e empregabilidade com crianças e jovens”, favorecendo a inclusão social futura através da integração profissional.

2. Justificação do projeto

O desajustamento social das crianças e jovens assume cada vez maior expressão, fruto de fatores multicausais e como tal não circunscritos a um contexto geográfico, social, cultural, escolar, económico e outros, assumindo-se sim como causa da interdependência que ao longo do tempo se estabelece entre estes e da influência mútua entre as diversas partes que os compõem. O desajustamento social poderá ser entendido como uma expressão do desequilíbrio entre o funcionamento dos muitos ecossistemas e ciclos naturais.

A intervenção com crianças e jovens em risco de exclusão social, deverá adotar uma abordagem de desenvolvimento positivo dos mesmos, que os considere agentes do seu próprio crescimento, que possuem um potencial natural e normativo para um

desenvolvimento saudável e bem sucedido, conseguido através do compromisso e de um sistema de suporte prolongado, com vista à potenciação de comportamentos pró sociais, evitando todos os que comprometem e prejudicam a saúde, o bem estar biopsicossocial e o seu futuro, que ocorrem na dinâmica relacional e interacional com os diferentes contextos, incluindo a comunidade, a escola, a família e os pares (Freire & Soares, 2000).

Este projeto pretende desenvolver uma intervenção centrada numa abordagem ecológica valorizando a criança e o jovem, dotados de potencialidades e recursos a desenvolver e as relações dinâmicas com os diferentes contextos, sistemas e subsistemas, que procuram de forma progressiva fazer a ponte para a inclusão social e a participação integral na vida comunitária, no exercício dos direitos e deveres, no despertar de habilidades, na promoção da autonomia e no crescimento positivo e saudável.

O projeto estará centrado no indivíduo, através da promoção das suas competências (pessoais, sociais, cognitivas, cívicas, educativas e morais), que permitam fortalecer os fatores de proteção (capacidade de resiliência) e/ou reduzir os fatores de risco, procurando fortalecer a capacidade de adoção de comportamentos e atitudes que permitem identificar situações e problemas, a procurar e implementar soluções.

De modo a justificar a pertinência de um projeto, que favoreça a capacitação e a empregabilidade das crianças e dos jovens, como forma de inclusão social, foi elaborado um diagnóstico social do território. Este diagnóstico permite-nos compreender a necessidade de pensar o projeto de acordo com especificidades territoriais, sendo este um bairro multicultural e muito populoso, mas com uma forte presença de jovens em idade laboral. Da análise swot podemos identificar aspetos que poderão condicionar uma integração profissional dos jovens tais como pobreza, os baixos níveis de escolaridade, o insucesso escolar, o absentismo e o abandono, a ausência de supervisão parental e de acordo com o transmitido em muitas das entrevistas realizadas, a desadequação das respostas formativas em função dos níveis de escolaridade dos jovens. As entrevistas que incrementaram o diagnóstico social transpareceram um quadro comportamental de alguma resignação por parte dos jovens perante o seu futuro profissional, assim como uma reprodução cíclica de trajetórias de pobreza e exclusão social, que devem ser combatidas. Ainda assim também foi referenciado um desejo de inserção no mercado de trabalho por parte de muitos jovens e uma disponibilidade das entidades para acolherem novos projetos.

Deverá ser contemplado o favorecer da permanência em contextos escolares, pois permite uma abordagem consistente e estruturada nos diferentes estádios de desenvolvimento humano em especial nas etapas de transição, facilitando complementarmente o envolvimento e a participação dos demais agentes educativos.

A intervenção do projeto deverá também ocorrer na comunidade local (território de intervenção), procurando criar novos ou otimizar os recursos materiais e imateriais existentes, que promovam o desenvolvimento positivo das crianças e jovens e na criação de uma comunidade competente e saudável, (re)criando sinergias, redes sociais e interações positivas, o sentimento de comunidade, mas também o empowerment individual e comunitário.

Pretendendo este projeto promover a inclusão social de crianças e jovens que apresentam vulnerabilidades que por diversas razões, condicionam as aprendizagens escolares formais e informais, tecnológicas e futuramente profissional, a intervenção proposta é a participação ativa e efetiva destes, dos agentes educativos, famílias e comunidade em todas as fases do processo e na tomada de decisões que (in)directamente os afetam, através da facilitação de estratégias e implementação de mecanismos que reforcem a pro-atividade e o espírito de cidadania assentes em dinâmicas locais colaborativas que possibilitem aos demais definirem os seus papéis, expressarem as suas opiniões, aumentarem a sua eficácia (pessoal, coletiva e organizacional), e influenciarem de forma mais significativa o seu próprio processo de desenvolvimento e de mudança.

Apenas favorecendo o empoderamento individual podemos alcançar o empoderamento coletivo e torna-se urgente favorecer a capacitação das crianças e jovens para futura integração socioprofissional, promovendo a mudança social.

Sendo o desemprego jovem uma temática que cada vez mais preocupa a sociedade atual, também podemos constatar que muitas das respostas de promoção do emprego e da empregabilidade estão maioritariamente dirigidas a um público a partir dos 16/18 anos. Refletir, planificar e contribuir com uma proposta de intervenção contextualizada com características específicas num território vulnerável e assumindo o desafio da pertinência de uma intervenção cada vez mais precoce, facilitadora de uma futura integração profissional consistente, será o caminho a percorrer. Os resultados poderão favorecer a implementação de novas metodologias de intervenção, sendo que existe a consciência da mudança e a rapidez dos acontecimentos que afetam as dinâmicas territoriais e o processo de planeamento.

3. Destinatários do Projeto

A dinamização das atividades prevista irá ocorrer em contexto escolar e num espaço da comunidade. O território de intervenção do projeto será o bairro da bela vista no concelho de Setúbal, um bairro multicultural e muito populoso, mas com uma forte presença de jovens em idade laboral.

Tendo o projeto como propósito, uma intervenção com início na infância, algumas das atividades vão ser dinamizadas com crianças do 3º e do 4º ano que frequentam a escola básica sediada no território de intervenção.

O projeto irá também contemplar uma intervenção com crianças e jovens integradas em turmas do 5º ano ao 9º ano.

Pretende-se o envolvimento de 120 crianças integradas em contexto escolar desde o 3º ano ao 5º ano, 50 jovens entre o 7º ano e o 9º ano.

Através da sinalização realizada por outras entidades implementadas no território o projeto tem também como propósito intervir com 25 jovens em situação de desocupação, podendo iniciar um processo de construção de projeto de vida, entretanto interrompido.

4. A intervenção do assistente social

O serviço social promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da pessoa, estes pressupostos vão ao encontro das linhas orientadoras deste projeto.

“O profissional de serviço social tem uma profissão dignificante, sendo orientada por valores inscritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, princípios de dignidade e de liberdade, de justiça social e de respeito pelos valores civilizacionais. Os ideais de serviço social e de orientação para o outro (muitas vezes, invisíveis na sociedade), capacitam e apoiam o profissional na resolução dos problemas, promovendo a mudança social”. (Carvalho, 2015: 213)

Este projeto de intervenção comunitária pretende atingir a mudança social, e o assistente social, na sua prática profissional, faz a diferença quando intervém em prol do sujeito, grupo e/ou comunidade intervencionados.

A intervenção do assistente social, integrado numa equipa multidisciplinar irá favorecer o respeito e promover o direito à autodeterminação, à liberdade de escolha e à tomada de decisão, independentemente dos valores e das opções de vida pessoais. Será necessário olhar para as crianças e jovens, assim como para os restantes interventores e identificar e desenvolver competências e promover o empowerment. O serviço social compreende a intervenção marcada pela existência de redes, de parcerias ou mesmo de consórcios, a intervenção não pode ser solitária. O assistente social é um recurso específico em termos de conhecimentos e de competências, facilitador da capacitação e da aquisição de competências por parte das crianças e jovens, das suas famílias e da comunidade.

“Os conceitos e os valores do profissional encontram pontos de contacto que se reforçam mutuamente ao longo da intervenção social. As qualidades indispensáveis a um profissional são o respeito, a empatia e a capacidade de perceber a importância moral e ética da situação.” (Carvalho, 2015: 214)

O assistente social deve ser parte integrante da equipa de avaliação de um determinado território, refletindo posteriormente na pertinência das intervenções. Um projeto de intervenção com crianças e jovens carece de uma avaliação da necessidade coletiva e deve permitir precisar: a natureza da necessidade, como se manifesta, quem está envolvido nela, como é sentida pelas pessoas diretamente implicadas e como é que é percebida por outras pessoas ou grupos. (Robertis, 2011)

“É a avaliação das forças internas – motivações e interesses das pessoas – e das forças externas – pressão social – que permitirá ao trabalhador social situar a sua própria perceção da necessidade – de forma aliás mais distanciada – na dinâmica global do bairro ou da instituição. (Robertis, 2011: 189)

“Os objetivos do trabalhador social para o grupo serão pois permitir às pessoas resolver melhor dificuldades ou necessidades pessoais e desenvolver a sua capacidade de autonomia de vida: operar escolhas, elaborá-las em confrontação com outras, tomar decisões e pô-las em prática. (Robertis, 2011: 190)

5. Objetivo geral e objetivos específicos

Este projeto de intervenção comunitária pretende responder à pergunta de partida – como se poderá promover a capacitação e a empregabilidade nas crianças e nos jovens como estratégia de inclusão social.

Como tal, este projeto foi planeado para ser implementado num território onde pelas suas características específicas, as crianças e os jovens estarão em maior risco de exclusão social. O território de intervenção do projeto será o bairro da bela vista no concelho de Setúbal.

O projeto, com a duração de três anos, deverá contemplar uma intervenção direta junto das crianças e jovens, promovendo a aquisição de competências pessoais, sociais, cognitivas e morais, que irão favorecer a capacitação e o empoderamento, facilitadores de uma integração socioprofissional futura. A intervenção deverá ser realizada no contexto escolar, familiar e comunitário.

Este projeto parte do pressuposto de que uma intervenção iniciada na infância, favorecendo a empregabilidade, poderá ser facilitadora da permanência em percursos escolares e formativos mais longos. As crianças e os jovens poderão adquirir competências que irão facilitar a compreensão dos requisitos exigidos pelas diversas

profissões, as exigências do mercado de trabalho e vivenciar precocemente experiências reais com o mundo empresarial.

Pretende-se dotar as crianças e jovens de formação adequada, ajustada às características e necessidades de cada um, de modo a que possam adquirir as mesmas competências e as mesmas oportunidades.

Segundo Capucha (2008), “num plano bem desenhado, os objetivos gerais devem decorrer das orientações, os objetivos específicos dos objetivos gerais e as ações devem decorrer dos objetivos específicos (de preferência, estes objetivos específicos devem assumir a forma de metas a atingir) ”.

A definição dos objetivos para este projeto parte de dois pressupostos, por um lado o pressuposto de que as vivências em contextos vulneráveis favorecem a exclusão social das crianças e dos jovens e como tal devem ser pensadas respostas de intervenção que possam diminuir a exposição a situações de risco e por outro lado a necessidade de intervir precocemente de modo a promover a capacitação e o empoderamento, facilitadores da empregabilidade futura. Este será o caminho válido para a inclusão social.

Objetivo Geral:

Diminuir a exposição de crianças e jovens a situações de risco, promovendo a inclusão escolar, formativa, social e profissional.

Objetivos específicos:

1- Envolver crianças e jovens em atividades vocacionais, estágios e workshops, potenciando a aquisição de competências facilitadoras de uma futura integração laboral, durante os 3 anos de projeto.

2- Fomentar a participação de crianças e jovens em atividades de aquisição de competências pessoais, sociais e tecnológicas favorecendo a capacitação e o empowerment, durante os 3 anos de projeto.

3- Envolver jovens em atividades que promovam o acesso a informação adaptada, orientação socioprofissional e promoção da empregabilidade de modo a potenciar a participação cívica, cultural e socioprofissional, durante os 3 anos de projeto.

6. Resultados, indicadores e atividades

Objetivo geral: Diminuir a exposição de crianças e jovens a situações de risco, promovendo a inclusão escolar, formativa, social e profissional

Objetivo específico 1: Envolver crianças e jovens em atividades vocacionais, estágios e workshops, potenciando a aquisição de competências facilitadoras de uma futura integração laboral, durante os 3 anos de projeto

Resultados: promover a integração de 30 jovens em estágios vocacionais; promover a participação de 50 crianças e jovens em workshops profissionais; favorecer a participação de 50 crianças e jovens em atividades vocacionais

Indicadores: número de jovens encaminhados e integrados em estágios vocacionais; número de crianças e jovens que participaram em workshops profissionais; número de crianças e jovens que participaram em atividades vocacionais

Atividades:

- workshops profissionais: consiste em ações de partilha de conhecimentos, informação, esclarecimentos ou demonstrações profissionais, podendo ocorrer no espaço escola ou numa determinada empresa/entidade. Profissionais de várias áreas irão num processo de interação com as crianças e jovens dar a conhecer as especificidades da sua profissão.

calendarização: a decorrer ao longo do ano letivo

- programa estágio: integração dos jovens em contexto de estágio de observação de curta duração em empresas/entidades na comunidade.

calendarização: a decorrer na pausas letivas

- conhecer profissões: atividade favorecedora do conhecimento de várias profissões: potencialidades, competências exigidas, responsabilidades inerentes. As crianças e os jovens através da leitura, pesquisa online e dinâmicas de grupo irão descobrir diversas profissões. Atividade a ser dinamizada em contexto escolar

calendarização: a decorrer ao longo do ano letivo

- banco de talentos: dinâmicas em grupo por faixa etária, favorecendo o conhecimento dos talentos individuais e o contributo para o grupo e a sociedade. Atividade a ser desenvolvida em contexto escolar ou num espaço da comunidade

calendarização: a decorrer ao longo do ano letivo

Objetivo geral: Diminuir a exposição de crianças e jovens a situações de risco, promovendo a inclusão escolar, formativa, social e profissional
Objetivo específico 2: Fomentar a participação de crianças e jovens em atividades de aquisição de competências pessoais, sociais e tecnológicas favorecendo a capacitação e o empowerment, durante os 3 anos de projeto
Resultados: desenvolver em 120 crianças e jovens competências pessoais, sociais, cognitivas e morais; desenvolver em 100 crianças e jovens competências em TIC; promover o empowerment de 60 crianças e jovens
Indicadores: número de crianças e jovens envolvidos em atividades de aquisição de competências pessoais, sociais, cognitivas e morais e tecnológicas; número de crianças e jovens que desenvolvem competências pessoais, sociais, cognitivas e morais e tecnológicas; número de crianças e jovens que participam em atividades de promoção do empowerment
Atividades: - lançar sementes: dinamização de sessões semanais, para trabalhar competências pessoais, sociais, morais, cognitivas, favorecendo as dinâmicas de grupo. Atividade a ser promovida no contexto escolar calendarização: a decorrer ao longo do ano letivo - formação TIC: dinamização de sessões semanais, para trabalhar competências em TIC. Atividade a ser promovida no contexto escolar calendarização: a decorrer ao longo do ano letivo - investir em ideias: dinamização de sessões semanais, para desenvolver ideias de negócios ou ideias de economia social. Atividade a ser promovida no contexto escolar ou num espaço da comunidade calendarização: a decorrer ao longo do ano letivo

Objetivo geral: Diminuir a exposição de crianças e jovens a situações de risco, promovendo a inclusão escolar, formativa, social e profissional

Objetivo específico 3: Envolver jovens em atividades que promovam o acesso a informação adaptada, orientação socioprofissional e promoção da empregabilidade de modo a potenciar a participação cívica, cultural e socioprofissional, durante os 3 anos de projeto

Resultados: favorecer em 40 jovens a definição de um projeto de vida; envolver 40 jovens em atividades de orientação vocacional e profissional; número de jovens que desenvolvem competências de empregabilidade e empreendedorismo

Indicadores: número de jovens que definem um projeto de vida; número de jovens envolvidos em atividades de orientação vocacional e profissional; desenvolver em 40 jovens a aquisição de competências de empregabilidade e empreendedorismo

Atividades:

- orientação vocacional/profissional: sessões de grupo que favorecem a orientação vocacional e profissional. Atividade a ser promovida num espaço da comunidade

calendarização: a decorrer no final de cada ano letivo

- gabinete da empregabilidade: dinamização de sessões semanais, para trabalhar competências de emprego e empregabilidade. Esta atividade poderá ter um cariz individual, com o propósito de se aprender a construir um c.v; compreender o processo de recrutamento e seleção; compreender o processo de procura ativ a de emprego. Atividade a ser promovida num espaço na comunidade

calendarização: a decorrer ao longo do ano letivo

- vou construir o meu futuro: dinamização de sessões de cariz individual, favorecedoras da reflexão e construção de um projeto de vida. Atividade a ser promovida num espaço na comunidade

calendarização: a decorrer ao longo do ano letivo

7. Metodologia e técnicas de intervenção

Sendo este um projeto dirigido a crianças e jovens e dinamizado em contexto escolar e comunitário, carece inicialmente de compreender a disponibilidade, o interesse e a motivação dos destinatários para este tipo de intervenção. As atividades a serem dinamizadas devem o mais possível ir ao encontro dos interesses e necessidade dos destinatários e estes devem ser participantes ativos neste processo.

Será importante dotar as crianças e os jovens que se encontram em contexto escolar, ou em situação de desocupação de formação adequada, ajustada às características e necessidades de cada um, de modo a que possam adquirir as mesmas competências e acesso às mesmas oportunidades. Minimizar situações de exclusão social é também contribuir para uma vivência/permanência em percursos escolares e formativos ajustados a cada um. Para tal, pretende-se incrementar a aprendizagem de conhecimentos e competências, contemplando métodos participativos, baseados na responsabilidade, autonomia e nas vivências. Promover as competências pessoais e sociais, educar para a saúde, para a tolerância, para a igualdade irá permitir simultaneamente favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento do outro e de si mesmo. A capacitação dos jovens deverá potenciar uma integração socioprofissional, minimizando situações de desocupação.

A estimulação da empregabilidade passa pelo estabelecimento de parcerias com diversas entidades/empresas facilitando a integração em estágios vocacionais. A promoção de ações de cariz mais individualizado e adaptado às necessidades de cada um, facilita a reflexão e a construção de um projeto de vida.

A intervenção deverá passar por um reforço da participação na sociedade, favorecendo a capacidade de empowerment para a construção de um projeto de vida ajustado às capacidades e competências individuais, tendo como objetivo primordial a aquisição de saberes que favoreçam uma futura integração profissional.

Neste sentido o projeto pretende desenvolver todo um conjunto de actividades concertadas e complementares entre si, de (in)formação, educação (in)formal, recreativas e lúdico-pedagógicas, com recurso a metodologias inovadoras e adaptadas às especificidades, interesses e necessidades das crianças e dos jovens, mas favorecendo outros atores estratégicos, promovendo uma intervenção compreensiva e integrada para a sua capacitação enquanto agentes de mudança, que pretende que no decorrer do projeto se apropriem do mesmo numa lógica de sustentabilidade da intervenção.

A tipologia das intervenções e das estratégias a utilizar terá em conta o recurso ao capital cultural, social e humano de modo a promover uma melhoria ao nível da inclusão social. A constituição de uma equipa multidisciplinar composta por técnicos

de intervenção social e professores, em articulação direta e permanente com profissionais de diversas empresas e entidades irão favorecer nas crianças e nos jovens a aquisição de competências de trabalho: liderança, tomada de decisão, resistência ao fracasso, trabalho em equipa, técnicas de apresentação e comunicação oral. Os destinatários do projeto tornar-se-ão mais empreendedores, mais dinâmicos, aprendendo, fazendo.

8. Recursos necessários e investimento do projeto

A implementação de um projeto de intervenção comunitária carece de recursos humanos, materiais e financeiros.

Relativamente aos recursos materiais para além do espaço escola disponibilizado pelo agrupamento de escolas, será também necessário um espaço físico na comunidade para a dinamização de algumas das atividades, favorecendo a proximidade da equipa com a comunidade local. A criação de um consórcio composto por entidades sedeadas no território, assim como empresas do concelho poderão favorecer a implementação do projeto e a redução de custos.

Os recursos financeiros estão diretamente associados com a aquisição de materiais necessários para a execução das atividades, deslocações da equipa e das crianças e jovens a espaços da comunidade.

Os recursos humanos irão permitir a implementação e a dinamização do projeto no terreno facilitando a interação em rede. A equipa do projeto deverá ser composta por técnicos da área da intervenção social, nomeadamente dois assistentes sociais, tendo um destes elementos a cargo a coordenação e um/a técnico da área da psicologia. A equipa poderá ser reforçada por outros técnicos disponibilizados pelo consórcio.

Todo e qualquer projeto deve previamente identificar um plano de investimento exequível e ajustado aos objetivos e metas a serem atingidos.

Quadro 8.1– Identificação de despesas do projeto

Designação	Descrição
Recursos humanos: remuneração e seguros	1 coordenador/a
	1 assistente social
	1 psicólogo/a

Despesas correntes	materiais de escritório
	materiais didáticos e pedagógicos
	deslocações
	comunicações
Aquisição de equipamento	impressora
	computador

Fonte: Própria, 2018

9. Mudança social e potencial de inovação

“Planejar é, antes de mais, pensar a mudança de uma determinada maneira. Trata-se desde logo de a pensar antes de ela acontecer, não apenas no sentido cognitivo da análise prospetiva, mas também no sentido prático da intervenção. Isto é, diz respeito não apenas à mobilização de conhecimento (técnico e científico) para prever o que vai mudar, mas também à definição de como deve mudar.” (Capucha, 2008:13)

Este projeto pretende intervir num território (bairro) muito populacional, onde o contexto socioeconómico da maioria das famílias é bastante desfavorecido. Através do diagnóstico social, são identificadas várias fragilidades inerentes às crianças, jovens, familiares e população em geral. São evidentes as situações de crianças e jovens com comportamentos de risco, baixas competências pessoais, sociais e tecnológicas, dificuldades no encontrar de respostas para o absentismo, abandono e insucesso escolar, delinquência e ausência de respostas ajustadas aos jovens em situação de desocupação, assim como níveis elevados de precariedade económica.

Face aos problemas identificados, foram traçados claros objetivos a atingir de modo a ocorrer uma minimização dos mesmos através das atividades propostas. Intervindo precocemente o intuito é de minimizar situações de exclusão social e contribuir para uma vivência/permanência em percursos escolares e formativos ajustados a cada um. Para tal, à que incrementar a aprendizagem de conhecimentos e competências, contemplando métodos participativos, baseados na responsabilidade, autonomia e nas vivências de modo a atingir essa mudança. Promover as competências pessoais, sociais, cognitivas e morais irá também permitir simultaneamente favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento do outro e de si mesmo.

Outra mudança a operar neste território será o aumento da capacitação dos jovens de modo a potenciar a sua integração socioprofissional, minimizando ainda

situações de desocupação. É igualmente importante envolver toda a comunidade do bairro, empresas e entidades do concelho em variadas atividades de modo a promover um espírito comunitário de entre ajuda e um vínculo ao território e aos espaços comuns. As metodologias de planeamento utilizadas para a realização do projeto vão ao encontro das atuais necessidades do público-alvo e da sua especificidade multicultural. Recorrendo à metodologia investigação-ação que leva ao planeamento das ações com a participação dos grupos-alvo, dos parceiros e equipa técnica.

As ações previstas vão claramente favorecer a minimização dos problemas já referidos, envolvendo a comunidade e as entidades parceiras na resolução dos mesmos. Na fase de implementação o público alvo poderá deixar de ser maioritariamente recetor para passar a ser cada vez mais implementador das ações. A utilização do capital cultural, social e humano será um ponto de partida para o desenvolvimento das atividades e o papel das entidades parceiras e de empresas sediadas no concelho será fundamental para a implementação do projeto assim como a população residente no bairro.

O projeto pretende um enfoque nos processos de envolvimento participativo da equipa técnica e dos destinatários de modo a que se obtenham condições favoráveis à construção e implementação das atividades. Será pertinente que os destinatários sejam envolvidos não apenas em metodologias de avaliação pré definidas, mas na construção dos instrumentos de avaliação. Os destinatários deixam de apenas avaliar a execução do projeto e de propor alterações ajustadas às suas necessidades, para passarem a refletir de forma mais consistente acerca do funcionamento global do projeto. O ato de avaliar passa a ser um instrumento de consciencialização e capacitação individual.

Sendo este um projeto que pretende reforçar o seu cariz comunitário, consideramos inovador que as atividades sejam dinamizadas pelas crianças e jovens, sendo estes os verdadeiros impulsionadores das mudanças na comunidade.

10. Processo de avaliação do projeto

“Nas suas modalidades mais desenvolvidas, a avaliação é um elemento central de qualquer programa, política ou plano de intervenção, permitindo-lhe não apenas determinar os níveis de realização dos objetivos, mas também aquilatar do conjunto de impactos que produz e os processos que conduziram a tais impactos. Particularmente quando é realizada no decurso da própria intervenção obedecendo aos protocolos da investigação-ação, a avaliação constituiu um poderoso instrumento de apoio ao processo de decisão, tornando-o mais participado, transparente, racional e rigoroso.” (Capucha, 2008:16)

Refletindo sobre o modelo sistémico de intervenção, a avaliação é um momento fundamental, pois “Esta avaliação consiste em medir o caminho percorrido, em avaliar as mudanças produzidas na situação entre o início e o fim da intervenção.” (Robertis, 2011:80) A avaliação deve sempre ocorrer pois é através desta que se entende o caminho percorrido como também permite medir as conquistas ou mudanças na situação das pessoas, se necessário reajustar o seguimento da intervenção (Robertis, 2011:224).

Viscarret (2007:338) também se refere à avaliação como essencial na intervenção dos trabalhadores sociais, devendo ser realizada ao longo de todo o processo, sendo entendida como uma garantia de responsabilidade e seriedade, tendo como finalidade perceber o cumprimento dos objetivos.

Guerra (2002:195), aborda a avaliação segundo a temporalidade e é definida em três momentos, nomeadamente avaliação diagnóstica – ex ante – que “pretende proporcionar elementos que permitam decidir se o projeto pode ou não ser implementado”, a avaliação de acompanhamento – on going – “avalia a forma de concretização do projeto e dá elementos para o seu afinamento ou a sua correção” (Guerra, 2002:195) e a avaliação final – ex-post – “mede os resultados e efeitos do projeto” (Guerra, 2002:195). Está subjacente um contributo futuro favorecendo a melhoria dos resultados.

O processo de avaliação deste projeto prevê o uso de mecanismos de monitorização e avaliação contínua da qualidade dos processos e dos resultados da intervenção, com o envolvimento direto e participativo da equipa técnica e das entidades/empresas envolvidas, assim como dos destinatários. Este processo de avaliação ocorre sucessivamente de modo a permitir a perceção de ganhos intermédios, ao longo dos 3 anos do projeto de acordo com os objetivos e indicadores pré-definidos. A avaliação prevê a monitorização e adaptação de estratégias e metodologias utilizadas na intervenção, bem como o controlo de resultados e melhorias a implementar. É pertinente o enfoque nos processos de envolvimento participativo da equipa técnica e dos destinatários de modo a que se obtenham condições favoráveis à construção e implementação das atividades e ao desenvolvimento do projeto. A avaliação da intervenção no território e junto do público alvo identificado irá também permitir uma atualização do diagnóstico de necessidades que pode assim ser adequado a novos interesses e objetivos que venham a ser projetados. A metodologia proposta contribui para o reforço dos processos inovadores do projeto, ao solicitar o envolvimento dos destinatários na busca de soluções para determinados problemas.

No processo de avaliação qualitativa e quantitativa será necessário avaliar a coerência, a eficácia, a eficiência, a pertinência e a utilidade, relativamente aos objetivos propostos. A avaliação das atividades passa pela utilização de instrumentos de monitorização, tais como: a observação direta, questionários de satisfação, grelhas de

registro da motivação e empenho na participação nas atividades, grelhas de registro comportamental, grelhas de registro da assiduidade; escalas de avaliação das competências, registros de nº de encaminhamentos e integrações. Do processo de avaliação do projeto fazem ainda parte as reuniões de equipa que deverão ser de cariz semanal. A auto-avaliação será realizada tendo como base os indicadores e instrumentos de verificação estabelecidos para cada objetivo apresentado.

Bibliografia

- Alves, Natália (2007), “E se a melhoria da empregabilidade dos jovens escondesse novas formas de desigualdade social?” *Revista de Ciências da Educação* 2, 60
- Alves, Natália (2008), *Juventudes e inserção profissional*. Lisboa. Edição Educa. 23,48, 76
- Amaro, Rogério Roque (2003), *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal: experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza*, Lisboa, Bureau Internacional do Trabalho. 15-18; 25
- Ander-Egg, Ezequiel e Maria José Aguilar Idáñez (2007), *Diagnóstico Social: conceitos e metodologias*, Rede Nacional Anti-Pobreza/Portugal. 16; 65
- Baden, S. & Oxaal, Z. (1997). *Gender and empowerment: definitions, approaches an implications for policy*. BRIDGE Development Gender. Report N. 40, UK. 32.
- Baptista, A. (2000). *Perturbações do medo e da ansiedade: Uma perspectiva evolutiva e desenvolvimental*. In Soares (Ed.), *Psicopatologia do desenvolvimento: Trajectórias (in) adaptativas ao longo da vida*. Lisboa: Quarteto Editora
- Becker et al. (2004). *Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9 (3). 655-667
- Benavente, A. et al (1994). *Renunciar à Escola. O abandono escolar no ensino básico*. Lisboa. Edições Fim de Século.
- Branco, Francisco (2008) “Acção Social, Individualização e Cidadania”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº17, 81-89.
- Cabrito, Belmiro Gil (1994), *Formações em Alternância: conceitos e práticas*, Lisboa, EDUCA. 21
- Carvalho, M. (2015). *Serviço Social com Famílias*. Pactor – Edições de Ciências Sociais Forences e de Educação. Lisboa. 213-214
- Capucha, Luís. (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora. 25-26; 77; 90-91
- Capucha, Luís (2008), *Planeamento e Avaliação de Projetos – Guião Prático*, Ministério da Educação - Direção-Geral de Inovação e de desenvolvimento Curricular, Lisboa. 13-16
- Capucha, L. et al (2009), *Mais escolaridade - realidade e ambição: estudo preparatório do alargamento da escolaridade obrigatória*, Agência Nacional para a Qualificação, Lisboa.38; 42-43
- Carreiras, Carlos, (2011), *Boletim municipal separata da Câmara Municipal de Cascais*. 7
- Comissão das Comunidades Europeias (2003-2005), *Relatório Conjunto Sobre Inclusão Social* Bruxelas. 9
- Costa, Alfredo Bruto da, (2007), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva.10-11; 14-17
- Costa; Alfredo Bruto da (coord); Baptista, Isabel; Perista, Pedro; Carrilho, Paula (2008) *Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva. 20; 54-58; 63-66
- Dias, A.M. (2010), *Eu Não Desisto de Aprender, O Abandono Escolar nos Jovens*. Dissertação. Beja: CPIHTS – Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social. 38-39

- Eurochild e EAPN (2013), *Towards children's well being in Europe. Explainer on child poverty in the EU*. Bruxelas. Eurochild. 9
- Freire, T.; Soares, I. (2000). *A intervenção na adolescência através do lazer e a promoção do desenvolvimento positivo*. Psicologia, Educação e Cultura, vol. IV, nº2
- Galland, Olivier (1991) *Sociologie de la jeunesse. L'entrée dans la vie*, Paris, Armand Colin, collection U, série Sociologie
- Guerra, Isabel Carvalho (2002), *Fundamentos e processos de uma sociologia da acção: o planeamento em Ciências Sociais*, Cascais, Principia (2ªEdição),195.
- Guerreiro, Maria das Dores e Abrantes, Pedro (2005), Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada, *RBCS Vol. 20* nº. 58. 39; 159; 170
- Guerreiro, Maria das Dores et al (2006) (orgs.), *Os jovens e o mercado de trabalho – Caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas*, Lisboa, DGEEP/MTSS.
- Kiefer, C. (1984). *Empowerment and synergy: expending the communities healing resources*. Prevention in Human Services 3. 201-226.
- Lopes, Ana; Paiva, Júlio; Vicente, Maria José (2013), *Formação para a Inclusão de Públicos Vulneráveis: uma abordagem integrada e articulada. Contributos da EAPN Portugal*. EAPN- Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, Porto.18-19
- Lourenço, Maria (2005), *Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal - Uma Análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza*, in Direção-Geral da Segurança Social. 40
- Marques, R. (1997). *Professores, Famílias e Projecto Educativo*. Porto: Asa. 26
- Maton, K. I. (2008). Empowering community settings: Agents of individual development, community betterment, and positive social change. *American Journal of Community Psychology*, 41. 4-21
- Matos, M., Simões, C., Carvalhosa, S., Reis, C., & Canha, L. (2000). *A saúde dos adolescentes portugueses*. Lisboa: FMH /PEPT-Saúde.
- MTS / SEEF (1999a), *Metodologia de Avaliação de Intervenções Sociais*, Lisboa, IEFP/IGFSS
- MTS / SEEF (1999b), *Diagnóstico Social*, Lisboa, IEFP/IGFSS
- Netto, Paulo (2012), Conferência realizada no ISCTE-IUL a 7 de Dezembro de 2012 com o tema “O significado da assistência no quadro da crise contemporânea”.
- Observatório do Bairro da Bela Vista (2007), *Estudo aos modos de vida da população do bairro da Bela Vista*. CMS
- Ornelas, J. (2008). Psicologia Comunitária. Fim de Século.
- Pais, José Machado (2001), Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro, Porto, Âmbar.
- Parente, Cristina; Neto, Hernâni; , Ramos, Madalena; Cruz, Sofia; e Marcos, Vanessa (2014). Os jovens pouco escolarizados no mercado de trabalho português. *Análise Social*, 210, xlix (1.º). 89-90; 99
- Paugam, Serge. (2000), *Le Salarié de la précarité. Les Nouvelles formes de l'intégration professionnelle*, Paris.

- Paugam, Serge (2003), *A Desqualificação Social – Ensaio sobre a nova pobreza*, Porto, Porto Editora. 34-38; 141
- Pereira & Matos (2008) “Grupo de pares, comportamentos desviantes e consumo de substâncias” em “Comunicação, Gestão de Conflitos e Saúde na Escola”. Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana
- Pinto, Carla (2011) *Representações e práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Política Social, Lisboa, ISCSP.
- Portal da Junior Achievement Portugal Consultado a 23.09.2018, disponível em: <http://www.japortugal.org/>
- Portal da GesEntrepreneur – Empreendedorismo Sustentável, Lda, consultado em 23.09.2018, disponível em: <https://www.gescontact.pt>
- Portal da Câmara Municipal de Setúbal, consultado em 03.09.2018, disponível em: <https://www.mun-setubal.pt>
- Rappaport, J. & Zimmerman, M. (1988). Citizen Participation, perceived control and psychological empowerment. *American Journal of Community Psychology*. Vol. 16, N. 5. 725-750.
- Robertis, Cristina (2011), *Metodologia da Intervenção em Trabalho Social*. Porto Editora. 80; 109; 189-190; 224
- Rodrigues, Eduardo; Florbela Samagaio; Hélder Ferreira; Maria Mendes e Susana Januário, (1999), *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*. 64-65
- Rodrigues, Fernanda (2003), “*Acção Social na Área da Exclusão Social*”, Lisboa: Universidade Aberta. 35-36
- Salgueiro, E. (1999), “A Criança e o seu Futuro – a Criança e os seus Riscos”. In J.Gomes-Pedro (Ed.), *Stress e Violência na Criança e no Jovem*, Lisboa: Clínica Universitária de Pediatria e Departamento de Educação Médica. 249-264
- Sarmento, M., Fernandes, N., Trevisan, G. (2015). *A redefinição das condições estruturais da infância e a crise económica em Portugal*, in Fernando Diogo, Alexandra Castro e Pedro Perista (org.). *Pobreza e exclusão social em Portugal*. Vila Nova de Famalicão: Editora Humus. 88
- Sebastião, João (1998), *Crianças da Rua: Modos de Vida Marginais na Cidade de Lisboa*. Oeiras: Celta Editora.
- SCHIEFER, Ulrich (coord.) (2000), *MAPA - Método Aplicado de Planeamento e Avaliação - Manual de Planeamento de Projectos*, Mem Martins, Editorial do Ministério da Educação
- Teixeira, S. (1998), *Gestão das Organizações*, Alfragide, MacGRAW-HILL Portugal. 46
- Viscarret, Garro (2007) *Modelos de intervención en Trabajo Social*, s.n. 293-344
- Zimmerman, M. A. (2000) Empowerment theory: Psychological, organizational and community levels of analysis. In Julian Rappaport & Edward Seidman (Eds.), *Handbook of Community Psychology*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers. 43-63

Fontes

Lei 147/99 - n.º 2 do artigo 3.º

ANEXO A – Indicadores Sociais – Conceitos

Fonte: Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal – CLAS, 2016

	DEFINIÇÃO
DENSIDADE POPULACIONAL	Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).
ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO	População residente por grupos etários (ciclos de vida) em relação ao total da população residente.
ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS	Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).
ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS	Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).
ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO	Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas dos 0 aos 14 anos).
TAXA DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO	Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes). Saldo Migratório - Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.
TAXA BRUTA DE NATALIDADE	Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) habitantes).
TAXA DE DESEMPREGO	Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.

	DEFINIÇÃO
TAXA DE EMPREGO	Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade)..
TAXA BRUTA DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO	(Crianças inscritas na educação pré-escolar/ População residente com idade entre 3 a 5 anos)*100
POPULAÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO COMPLETO – 3º CICLO (%)	NÍVEL DE ESCOLARIDADE - Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respectivo certificado ou diploma.
POPULAÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO COMPLETO – ENSINO SECUNDÁRIO (%)	NÍVEL DE ESCOLARIDADE - Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respectivo certificado ou diploma.
POPULAÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO COMPLETO – ENSINO SUPERIOR (%)	NÍVEL DE ESCOLARIDADE - Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respectivo certificado ou diploma.
TAXA DE ABANDONO ESCOLAR	(População residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano/ População residente com idade entre 10 e 15 anos)*100 Abandono Escolar - Saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei.
TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO ENSINO BÁSICO	Relação percentual entre o número de alunas/os que não podem transitar para o ano de escolaridade e o número de alunas/os matriculadas/os, nesse ano letivo. Retenção - Consiste na manutenção da/o aluna/o abrangida/o pela escolaridade obrigatória, no ano letivo seguinte, no mesmo ano de escolaridade que frequenta, por razões de insucesso ou por ter ultrapassado o limite de faltas injustificadas. Desistência - Situação da/o aluna/o que no final do ano letivo não se encontrava em condições de se inscrever no ano de escolaridade seguinte, por não ter frequentado até ao final o ano de escolaridade em que se encontrava inscrita/o.

	DEFINIÇÃO
POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA DE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (%)	Beneficiárias/os RSI com processamento da prestação
AGREGADOS FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO	Número de Agregados Familiares beneficiários de RSI com processamento da prestação
POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA DE COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS (%)	(Beneficiárias/os de Complemento Solidário para Idosos / População Residente com 65 e mais anos)*100.

ANEXO B – Dados Anuais de RSI – Famílias com processamento de RSI - 2004 a 2017

Fonte: ISS, IP, 2017

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Aveiro	1.510	4.487	5.174	5.306	5.346	6.675	7.208	6.978	6.684	6.891	6.953	7.071	7.024	6.786
Beja	1.028	1.862	2.822	3.129	3.242	3.542	3.443	3.225	3.142	2.767	2.613	2.630	2.510	2.468
Braga	1.855	5.105	6.567	7.967	8.656	10.193	11.392	8.971	7.865	6.377	5.389	4.739	4.427	4.398
Bragança	453	560	469	539	754	1.172	1.380	1.276	1.272	1.239	1.117	1.140	1.290	1.363
Castelo Branco	837	1.161	1.487	1.725	2.229	2.671	2.769	2.164	2.171	2.250	2.263	2.315	2.293	2.423
Coimbra	2.466	4.479	5.144	5.566	5.685	6.834	7.110	5.769	5.707	5.306	5.048	4.913	5.015	4.999
Évora	1.089	1.599	2.123	2.482	2.636	2.811	2.844	2.567	2.540	2.353	2.390	2.260	2.190	2.194
Faro	2.751	3.626	3.755	4.158	5.123	6.756	7.971	6.956	6.520	6.016	5.165	4.619	4.330	4.106
Guarda	699	1.516	1.592	1.722	1.995	2.297	2.450	2.103	2.176	2.017	1.967	1.839	1.879	1.965
Leiria	711	2.111	3.018	3.469	3.457	4.166	5.152	4.114	4.203	4.130	3.790	3.411	3.193	3.105
Lisboa	2.643	7.442	13.128	17.927	24.310	31.966	36.901	33.132	31.141	28.961	26.070	24.434	23.159	23.419
Portalegre	497	1.513	2.117	2.375	2.609	2.777	2.864	2.559	2.534	2.376	2.117	1.931	1.875	1.837
Porto	3.530	12.411	42.815	46.533	55.628	66.350	68.604	53.951	44.871	40.211	37.829	36.236	36.502	38.354
Santarém	3.188	4.047	4.394	4.332	4.458	4.778	4.911	4.488	4.526	4.075	4.042	3.902	3.984	4.010
Setúbal	1.587	4.304	6.902	8.610	9.907	12.179	14.145	12.166	12.533	12.203	11.806	11.543	11.483	11.517
Viana do Castelo	1.157	2.385	2.469	2.441	2.610	2.820	2.776	2.270	2.126	1.982	1.933	1.816	1.822	1.811
Vila Real	1.161	2.968	3.454	3.659	4.167	4.763	4.771	3.867	3.702	3.473	3.393	3.529	3.737	3.894
Viseu	649	2.910	6.640	7.553	7.955	8.422	8.136	6.562	6.052	5.041	4.711	4.690	4.773	5.052
R. A. Açores	2.906	5.225	6.106	6.281	6.480	7.461	7.969	6.845	7.688	7.588	8.191	8.425	8.490	8.585
R. A. Madeira	346	1.910	3.368	3.338	3.295	3.616	3.904	3.065	2.905	2.851	2.770	2.718	2.720	2.632
TOTAL	31.063	71.621	123.544	139.112	160.542	192.249	206.700	173.028	160.358	148.107	139.557	134.161	132.696	134.918

ANEXO B – Dados Anuais de RSI – Beneficiários com processamento de RSI - 2004 a 2017

Fonte: ISS, IP, 2017

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Aveiro	4.274	12.725	14.575	13.821	14.333	17.878	19.423	18.299	17.327	16.178	15.020	14.490	14.055	13.485
Beja	2.935	5.752	8.212	9.030	9.422	9.734	9.597	8.824	8.567	7.023	6.374	6.231	6.305	6.156
Braga	5.615	15.376	19.457	22.951	24.484	28.192	31.239	23.555	20.415	15.150	11.918	10.055	9.056	8.746
Bragança	1.179	1.457	1.201	1.428	2.067	3.046	3.514	3.128	3.044	2.829	2.462	2.429	2.791	2.960
Castelo Branco	2.316	3.329	4.192	4.774	5.912	6.847	7.153	5.511	5.429	5.358	5.122	4.943	4.726	4.934
Coimbra	5.439	10.449	12.153	13.345	13.704	15.746	16.429	13.325	13.239	11.156	9.978	9.021	8.927	8.829
Évora	3.255	4.754	6.234	7.242	7.602	7.850	7.980	7.021	6.817	5.815	5.645	5.176	5.112	4.934
Faro	7.844	10.520	10.975	11.940	14.468	18.549	21.433	17.868	16.141	13.376	10.819	9.286	8.664	8.276
Guarda	2.009	4.451	4.708	4.899	5.579	6.141	6.660	5.712	5.769	4.994	4.606	4.062	4.199	4.271
Leiria	1.885	5.627	7.887	8.906	8.890	10.437	12.582	10.013	9.980	8.899	7.851	6.808	6.231	5.991
Lisboa	6.689	19.944	35.557	47.994	63.196	80.932	93.775	85.004	80.618	70.352	59.958	53.603	49.416	49.636
Portalegre	1.517	4.824	6.534	7.242	7.990	8.279	8.442	7.466	7.155	6.175	5.256	4.619	4.512	4.491
Porto	8.590	31.341	106.322	114.019	131.891	151.802	159.215	133.123	116.794	97.246	87.002	80.553	79.470	81.010
Santarém	8.350	10.880	11.836	11.692	12.240	13.018	13.387	11.831	11.711	9.827	9.163	8.569	8.573	8.439
Setúbal	4.050	11.421	18.724	23.371	27.062	32.583	37.453	32.107	33.394	29.874	26.485	24.822	24.562	24.714
Viana do Castelo	2.912	6.216	6.411	6.310	6.621	6.917	6.762	5.298	4.891	4.201	3.811	3.359	3.325	3.267
Vila Real	2.891	7.733	8.930	9.450	10.599	11.680	11.629	9.411	8.977	7.797	7.245	7.184	7.467	7.651
Viseu	1.715	7.780	17.370	19.754	20.500	21.572	21.067	16.916	15.531	12.079	10.412	9.853	10.019	10.378
R. A. Açores	9.951	18.273	21.317	21.623	21.909	24.509	26.696	23.456	25.921	24.034	24.393	23.846	23.752	23.811
R. A. Madeira	900	5.279	9.509	9.246	8.879	9.775	11.162	9.268	8.653	7.773	7.042	6.668	6.298	6.086
TOTAL	84.316	198.131	332.104	369.037	417.348	485.487	525.598	447.136	420.373	360.136	320.562	295.577	287.460	288.065

ANEXO C – GUIÃO DE ENTREVISTA



A presente entrevista tem como objetivos compreender a desvalorização e a interrupção dos processos escolares e formativos nas crianças e jovens integradas no território de intervenção do projeto e a influência direta numa integração profissional futura. Pretende-se ainda analisar possíveis medidas e ações que favoreçam escolhas e integrações profissionais realistas e concretas dos jovens.

A informação recolhida destina-se a ser trabalhada no âmbito do Trabalho de Projeto do Mestrado em Serviço Social, a decorrer no ISCTE-IUL sob orientação da Professora Doutora Maria João Pena, sendo as respostas trabalhadas segundo o princípio da confidencialidade, mantendo-se sob anonimato quer o/a respondente, quer a instituição.

1. Quais considera serem as maiores problemáticas que afetam as crianças e os jovens neste território?
2. Quais considera serem as causas do insucesso escolar que se evidencia nas crianças e jovens deste território?
3. Quais considera serem as causas do absentismo e abandono escolar que se evidenciam nas crianças e jovens deste território?
4. Sendo este um território com algumas respostas sociais, desportivas e culturais, quais as razões para que tantas crianças e jovens se encontrem sem enquadramento e permaneçam em situação de desocupação quando não estão em horário escolar e formativo?
5. Como avalia a importância que as crianças e os jovens dão ao seu percurso escolar e formativo?
6. Como analisa as atitudes e o envolvimento das famílias face ao percurso escolar e/ou formativo dos seus educandos?

7. O nº de jovens adultos que neste território não concluíram o ensino obrigatório e não se encontram integrados em contexto laboral é elevado. Quais considera serem as razões?
8. Que medidas/ações considera que devem ser implementadas neste território, junto das crianças e dos jovens de modo a, futuramente minimizar situações de não integração profissional.

Obrigada pela sua colaboração!

ANEXO D – Declaração Consentimento Informado, Livre e Esclarecido



Declaração de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido

Para os devidos efeitos, declaro que aceito participar Dissertação de Mestrado em Serviço Social no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, a realizar pela mestranda Margarida José dos Santos Moreira Vieira.

Declaro que, antes de optar por participar, me foram prestados todos os esclarecimentos que considerei importantes para decidir.

Declaro ainda ter sido informada do objetivo, da duração esperada e dos procedimentos do estudo, assim como do anonimato e da confidencialidade dos dados.

_____, ____ de _____ de _____

(Assinatura da Técnica)

Anexo E – Síntese da análise das entrevistas – Técnicos a intervir no território 15 maio a 24 julho de 2018

Identificação		Tema I	Tema II	Tema III	Tema IV	Tema V	Tema VI
Código	Entrevistado	Problemáticas que afetam crianças e jovens no território	Causas do insucesso, absentismo e abandono escolar	Causas da desocupação fora do horário escolar e formativo	Atitudes crianças e jovens e envolvimento das famílias perante o percurso escolar e formativo	Razões da não integração dos jovens em contexto laboral	Medidas e ações a implementar
A	Técnica – Entidade “O Sonho”	Carência económica; absentismo, abandono e insucesso escolar	Desresponsabilização parental perante os menores e a escola; desvalorização do papel da escola; dificuldade em valorizar as aprendizagens escolares para uma futura integração profissional; carência económica; questões culturais	Desvalorização das famílias, das crianças e jovens pelas respostas existentes; a integração nestas respostas exige o cumprimento de regras e regularidade de participação	Ausência de perspetivas futuras; culpabilização da escola pelo insucesso e problemas de comportamento; valorização do contexto formativo mediante o pagamento de bolsa de formação	Famílias dependentes de apoios sociais	Respostas de continuidade que foquem a importância da integração profissional como medida de inclusão social
B	Técnica – Entidade “Cáritas Diocesana de Setúbal”	Absentismo, abandono e insucesso escolar	Incapacidade parental para ajudar os menores no percurso escolar e na articulação com a escola; desvalorização do papel da escola; desinteresse perante as temáticas abordadas nas diversas disciplinas	A escola proporciona algumas atividades extra curriculares que preenchem a quase totalidade do dia da criança/jovem; muitos apenas equacionam o futebol como atividade que ocupa a totalidade do tempo fora do horário escolar; outras crianças e jovens não se identificam com atividades que as entidades promovem	Aumento do nº de jovens que concluem o ensino secundário; procura de emprego fora do país; famílias não percebem que a sua função é de motivação, não recorrem ao apoio das entidades para este efeito	Baixa escolaridade, poucas ofertas laborais, dificuldade em compreenderem as exigências do contexto laboral	Ações com cariz regular e o mais precocemente possível de valorização do emprego

C	Professora – Entidade “EB1, JI Bela Vista”	absentismo, abandono e insucesso escolar	Desresponsabilização parental perante os menores e a escola; desvalorização do papel da escola	Desvalorização das famílias, das crianças e jovens pelas respostas existentes; questões culturais poderão condicionar a integração nas respostas extra escola	Ausência de perspectivas futuras; falta de incentivo das famílias para as aprendizagens	Desvalorização da escolaridade o que condiciona a integração laboral	Redução do horário escolar de forma a que as crianças e os jovens pudessem frequentar noutras entidades outro tipo de atividades que complementassem as aprendizagens escolares
D	Técnica – Entidade “APPACDM”	Dificuldades de aprendizagem; carência económica que influencia os hábitos de saúde, higiene e alimentares; absentismo	Desresponsabilização parental perante os menores e a escola; dificuldades de aprendizagem; desvalorização do papel da escola; questões culturais poderão condicionar as aprendizagens escolares	Desvalorização das famílias, das crianças e jovens pelas respostas existentes; questões culturais poderão condicionar a integração nas respostas extra escola	Ausência de perspectivas futuras; famílias dependentes de apoios sociais que desvalorizam uma integração profissional futura; falta de incentivo das famílias para as aprendizagens	Baixa escolaridade; famílias que desvalorizam a integração laboral, algumas por questões culturais	Ações que promovam a mudança e favoreçam a necessidade da integração laboral como uma medida inclusiva; favorecer o conhecimento do saber-ser e saber – fazer
E	Técnica – Entidade “AEOS”	Absentismo, abandono, negligência parental	Desresponsabilização parental perante os menores e a escola; desvalorização do papel da escola; ausência de perspectivas futuras; desmotivação face às aprendizagens escolares; baixa escolaridade dos encarregados de educação	Desvalorização das famílias, das crianças e jovens pelas respostas existentes; a integração nestas respostas exige o cumprimento de regras e regularidade de participação	Ausência de perspectivas futuras; dificuldade em associar as aprendizagens escolares ao desempenho de uma profissão; questões culturais	Baixa escolaridade; Falta de motivação e interesse	Respostas que complementem as aprendizagens escolares; atividades com uma componente mais prática; intervenção a iniciar precocemente
F	Técnica – Entidade “ACM”	Contexto familiar e ambiental	Desvalorização do papel da escola; questões culturais	Desvalorização das famílias, das crianças e jovens pelas respostas existentes; carga horária escolar excessiva	Ausência de perspectivas futuras; as diversas entidades têm que adotar outras estratégias para favorecer as aprendizagens; os educadores não intervêm em parceria	Desvalorização da escola que promove a baixa escolaridade; pouca diversidade das respostas formativas; falta de respostas laborais para jovens com baixas competências	Respostas mais personalizadas às necessidades do território; respostas de continuidade de modo a favorecer a mudanças

					com a escola ou outras entidades		
--	--	--	--	--	-------------------------------------	--	--